

Sumários de 2014 e 2013

Revista Jurídica Consulex nº 429 de 01/12/2014

Matérias de capa.....

TABAGISMO • POLÊMICA REACESA

Com os recentes números do tabagismo no Brasil, a entrada em vigor da regulamentação da Lei Antifumo suscita debates. Com efeito, a proporção de fumantes na população brasileira reduziu; as restrições à publicidade e propaganda são maiores; as políticas antifumo multiplicaram-se; a indústria e o comércio estão sujeitos a maior controle e vigilância; entretanto, a cada ano, ainda contamos cerca de 130 mil mortes associadas ao uso do tabaco; e 19% das crianças e adolescentes entre 13 e 15 anos experimentam cigarro pela primeira vez, encaminhando-se para o hábito de fumar. Sob estas perspectivas é que os ilustres articulistas revisitam o antigo debate entre a questão da saúde e do vício e a intervenção do Estado na liberdade de escolha individual.

LIBERDADE DE FUMAR E O PODER REGULADOR DO ESTADO COMO INSTRUMENTO DE PROTEÇÃO DA SOCIEDADE

Paula Gecislany V. S. Gomes

O CONTROLE DO TABAGISMO, O TABAGISMO E O RISCO DO NEGÓCIO

Paula Johns

VULNERABILIDADE E ESTRATÉGIA • OS DOIS LADOS DE UMA MESMA MOEDA

Renata Domingues Balbino Munhoz Soares

A EXIBIÇÃO NOS LOCAIS DE VENDA COMO FORMA DE PUBLICIDADE DOS PRODUTOS DERIVADOS DE TABACO

Kátia Fernandes

A RESTRIÇÃO DA PROPAGANDA DE PRODUTOS DE TABACO NO BRASIL

Tânia Maria Cavalcante

TABAGISMO PASSIVO E A REGULAMENTAÇÃO DA PROIBIÇÃO DE FUMAR EM AMBIENTES FECHADOS

Marcos Moraes

OS MALES DA INDÚSTRIA TABAGISTA E O DIREITO BRASILEIRO

Alexandre Camanho de Assis e Luna Veronese e Veronese

EXERCÍCIO DA LIBERDADE DE USO DE TABACO NO LOCAL DE TRABALHO

Paulo Sergio João

A MELHOR SAÍDA É DEIXAR DE FUMAR

Cristina Perez

Com a Palavra...

Luciano Marinho Filho

“As perspectivas esperadas para o futuro próximo focam-se no aumento de preços, de juros, no desemprego, na frustração dos crédulos e na insatisfação manifesta dos empresários (por não poderem produzir) e da qualificada e mal empregada burocracia do funcionalismo (advogados públicos, auditores, delegados, médicos etc), que se vê impedida de trabalhar e nivelada ao apadrinhamento e ao fisiologismo que tanto se agigantaram nos Governos do PT.”

Entrevista

PROCESSO, JURISDIÇÃO E O PODER JUDICIÁRIO

João Ferreira Braga

Crítica & Autocrítica

LIBERALISMO E DIREITO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Propostas e Projetos

O COMPROMISSO DA UNIÃO COM O ENSINO NO ANO NOVO

Rubens Passos

Painel do Leitor

POR UMA SOCIEDADE SEM MANICÔMIOS

Rafaela Rodrigues Santos Feitosa

Painel Econômico

ESTADO, GOVERNO E SOCIEDADE NO BRASIL • OS DESAFIOS EM TEMPOS DE MUDANÇAS

José Matias-Pereira

Destaque

A SUSTENTABILIDADE E AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Roberto Araújo

Contexto

O SELVAGEM, INCIVILIZADO E EXEGRÁVEL INSTITUTO DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA • O DIREITO DO HOMEM DAS CAVERNAS

Ivan Barbosa Rigolin

Enfoque

AUDITORIA, FRAUDE CONTRA CREDORES E FRAUDE À EXECUÇÃO

Kleber Luiz Zanchim

Portal Jurídico

A SUBSIDIARIEDADE DO ESTADO E A REAL DEMOCRACIA • A CIÊNCIA POLÍTICA E OS CAMINHOS PARA REFLEXÃO NA HISTÓRIA

Joaquim José Marques Mattar

Observatório Jurídico

POPULISMO PENAL • O MITO DA LEI PENAL COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À CRIMINALIDADE

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Conjuntura

A DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA E SUAS INCONSTITUCIONALIDADES

Sergio Lewin

Tendências

AQUISIÇÃO DE PASSAGENS AÉREAS POR MEIO DO CREDENCIAMENTO DE COMPANHIAS ÁREAS • UM MODO RACIONAL DE CONTRATAÇÃO

Larissa de Barros Pontes

In Voga

O VALOR JURÍDICO-PENAL DA AUTORREGULAÇÃO

Renato de Mello Jorge Silveira

Doutrina

PODER REQUISITÓRIO DO DELEGADO DE POLÍCIA E SUA ABRANGÊNCIA NO ATUAL CENÁRIO NORMATIVO

Ponto de Vista

A REVOLUÇÃO QUE AINDA NÃO ACONTECEU

Maria Rosynete de Oliveira Lima

Revista Jurídica Consulex nº 428 de 15/11/2014

Matérias de Capa.....

UM NOVO CÓDIGO DE ÉTICA PARA A ADVOCACIA

Luiz Henrique Antunes Alochio

PROJETO INOVADOR E MODERNO PARA UM NOVO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB

Filipe Gustavo Barbosa Maux

SUGESTÕES AO NOVO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Revista Jurídica Consulex nº 428 de 15/11/2014 - Matéria de Capa

NOVO CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA OAB

Jairo Haber

COM A PALAVRA...

José Carlos Sousa Silva

“O que há, hoje, nos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária? Muito mato e cobra. Antes se tivesse concretizado nestas terras a verdadeira reforma agrária. Não se faz reforma agrária apenas com um texto de lei na mão, mas dentro de um contexto socioeconômico, em que a política seja exercitada de forma correta e séria, respeitando-se o princípio de que todos são iguais perante a lei.”

Entrevista

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL • AVANÇOS E RETROCESSOS

Rodrigo Becker

Crítica & Autocrítica

FILOSOFIA DE VIDA E DIREITO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

AS ELEIÇÕES, O ORÇAMENTO E A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Cleomar Manhas

Propostas e Projetos

A REFORMA NA LEI DE ARBITRAGEM E O SEU IMPACTO PARA OS ACIONISTAS MINORITÁRIOS

Raphael Manhães Martins

Direito e Bioética

BIODIREITO E BIOÉTICA • UM DIÁLOGO ENTRE SLAVOJ ZIZEK E JÜRGEN HABERMAS

Eduardo Luiz Santos Cabette

Ciência Jurídica em Foco

DO ABORTO AO PARTO ANÔNIMO

Thiago Luís Sombra

Painel do Leitor

PODER NAVAL E A DEFESA DO PATRIMÔNIO E DA INTEGRIDADE NACIONAIS

Carlos Eduardo Partika, Marcelo Silva Malvezzi e Werner Tschoeke

Destaque

O AUMENTO DE TESTAMENTOS E A INSEGURANÇA JURÍDICA

Rodrigo Tubino Veloso

Conjuntura

NÃO INCIDÊNCIA DO ICMS NAS OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO POR LEASING

Harrison Nagel

Observatório Jurídico

**UMA NOVA PERSPECTIVA ACERCA DA APLICABILIDADE DOS LIMITES
REMUNERATÓRIOS NOS BENEFÍCIOS CUMULADOS**

Bruno Sá Freire Martins

In Voga

**A RESPONSABILIDADE DAS ENTIDADES DESPORTIVAS POR ATOS
DISCRIMINATÓRIOS PRATICADOS POR SEUS TORCEDORES**

Gil Justen Santana

Tendências

RESOLUÇÃO PERmite o USO de CANABIDIOL

Eudes Quintino de Oliveira Júnior e Pedro Bellentani Quintino de Oliveira

Portal Jurídico

PREScrição RETROATIVA NO DIREITO PENAL BRASILEIRO

Bruno Espiñeira Lemos

Contexto

**ATÉ QUE PONTO É EFETIVA A PLENITUDE DE DEFESA NO JÚRI? O IN DUBIO PRO
SOCIETATES E O DEVER DE IMPRONUNCIAR**

Fabricio da Mata Corrêa

Enfoque

**O SERVIDOR PÚBLICO VAI SER VALORIZADO NO NOVO MANDATO DA
PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF?**

José Matias-Pereira

Doutrina

O EMPRESÁRIO RURAL E O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Rodrigo Afonso Machado

Ponto de Vista

LEI DA PALMADA E A INGERÊNCIA DO ESTADO NA FAMÍLIA

João Clair Silveira

Revista Jurídica Consulex nº 427 de 1/11/2014

Matérias de Capa...

RECUPERAÇÃO JUDICIAL • NOVAS REGRAS BENEFICIAM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS?

Com a publicação da Lei Complementar nº 147/14, que altera a Lei Complementar nº 123/06 e a Lei nº 11.101/05, os profissionais do Direito atentaram-se para as novas regras que ampliaram a recuperação judicial e mudaram importante perspectiva jurídica para micro e pequenas empresas. Diante do comando constitucional que assegura às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento diferenciado e simplificado, discutem os insignes articulistas desta matéria de capa se as alterações promovidas foram benéficas e criaram oportunidades reais ou se a novel legislação, ao contrário, propiciou o erguimento de barreiras para micro e pequenos empresários.

O NOVO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NA LEI DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS • UMA VISÃO CRÍTICA

Leonardo Adriano Ribeiro Dias

ALTERAÇÃO NA LEI DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS BENEFICIA EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Sergio P. Emerenciano

RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A MICROEMPRESA

Julio Mandel

A RECUPERAÇÃO JUDICIAL PARA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Vitor Krikor Gueogjian

A EFETIVIDADE DO PLANO ESPECIAL DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Leonardo Gomes de Aquino

COM A PALAVRA...

Josef Barat

“Estratégias de desenvolvimento nacional e regional se concretizam, em grande parte, por meio da gestão moderna, eficiente e compartilhada de conjuntos de projetos. Infelizmente, a forte tradição centralizadora e um federalismo mambembe não propiciam ao Brasil mecanismos que permitam consolidar formas modernas e inovadoras de governança e gestão dos investimentos nas infraestruturas.”

Entrevista

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL • COMPROMISSO COM A SOCIEDADE IMPULSIONA MUDANÇAS

Adriana Queiroz de Carvalho

Crítica & Autocrítica

CIDADANIA

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

TRANSPARÊNCIA E DEMOCRACIA

Marcos Lisboa e Felipe Salto

Direito e Bioética

DIREITO PENAL, ANENCEFALIA E A MORTE CEREBRAL

Edison Grossi Jr.

Propostas e Projetos

ICMS NO COMÉRCIO ELETRÔNICO • GUERRA FISCAL PERTO DO FIM?

Antonio Carlos Salla

Painel do Leitor
POR QUE CONHECIMENTO?
Jorge Arbache

Direito Internacional
CRIME DE GENOCÍDIO • AR CABOUÇO LEGISLATIVO PARA PUNIR O CRIME INTERNACIONAL NO DIREITO BRASILEIRO
Bruna de Souza Fernandes

Destaque
OS SAQUEADORES
Ives Gandra da Silva Martins

In Voga
ASPECTOS CONTROVERSOS DA REPERCUSSÃO GERAL
Gilson Dipp

Portal Jurídico
MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS AMBIENTAIS NA FISCALIZAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE ORIGEM FLORESTAL
Marcelo Kokke

Enfoque
SOCIEDADE EM CONTA DE PARTICIPAÇÃO • INSTRUMENTO PARA INVESTIMENTOS
Alexandre Sion e Giovanni Peluci

Conjuntura
LEI N° 12.973/14 • AS ALTERAÇÕES EMPREENDIDAS NO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO DO ÁGIO E DO DESÁGIO
Guilherme Broto Follador

Tendências
SOLIDARIEDADE SOCIAL E A INTERFERÊNCIA DO JUIZ NA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA • UMA APLICAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA JUSTIÇA DISTRIBUTIVA ARISTOTÉLICA
José de Ribamar Barreiros Soares

Observatório Jurídico
SUMARIZAÇÃO DA COGNIÇÃO
Alderico Kleber de Borba

Contexto
O FURTO FAMÉLICO EM UM PAÍS DE MILHÕES DE MISERÁVEIS
Fadício Santos

Doutrina
A ULTRATIVIDADE DOS EFEITOS DOS ACORDOS E CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO
Rômulo Corrêa Fernandes

Ponto de Vista
DINHEIRO NÃO É PROBLEMA
Ruy Martins Altenfelder Silva

Matérias de Capa...

CENTENÁRIO DA AVIAÇÃO COMERCIAL NO BRASIL • PERSPECTIVAS PARA UM NOVO MARCO REGULATÓRIO

A REVISÃO DO CÓDIGO BRASILEIRO DE AERONÁUTICA

Josef Barat

UMA REFLEXÃO PARA O BRASIL

Georges Ferreira

BRASIL MERECE UM NOVO CÓDIGO AERONÁUTICO

Sergio Roberto Alonso

PARÂMETROS PARA UMA NOVA LEGISLAÇÃO DO SETOR

Paulo Paim

OS DESAFIOS NA ATUALIZAÇÃO DAS NORMAS QUE REGULAMENTAM SUAS RELAÇÕES JURÍDICAS

Guilherme Amaral

COM A PALAVRA...

Almir Pazzianotto Pinto

Entrevista

VARAS ESPECIALIZADAS EM LAVAGEM DE DINHEIRO • UM CAPITAL POLÍTICO

Gilson Dipp

Crítica & Autocrítica

SORTEIO ELEIÇÃO PRESIDENCIAL

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Propostas e Projetos

ARBITRAGEM NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA • POR QUE CRIAR AMARRAS?

Selma Ferreira Lemes

Direito e Bioética

CONCORRÊNCIA DESLEAL E FABRICANTES DE MEDICAMENTOS GENÉRICOS

João Claudio Monteiro Marcondes

Painel do Leitor

SUZANE VON RICHTHOFEN E OS REFLEXOS DE UMA SOCIEDADE VINGATIVA

Euro Bento Maciel Filho

Painel Econômico

TRIBUTAÇÃO DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO PELOS ESTADOS • TIRO NO PÉ

Edgar Santos Gomes

Destaque

CONTRA A FOME E A INFLAÇÃO

João Guilherme Sabino Ometto

In Voga

CPI DA PETROBRAS E A DELAÇÃO PREMIADA

Eudes Quintino de Oliveira Júnior e Pedro Bellentani Quintino de Oliveira

Contexto

GESTÃO JUDICIÁRIA • UM DESAFIO CONSTANTE

Emerson de Aguiar Souza

Tribuna Jurídica

**ADA PELLEGRINI GRINOVER E SUAS RECENTES PESQUISAS A RESPEITO DO
CONTROLE JURISDICIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

João Ferreira Braga

Observatório Jurídico

**DESENVOLVEDORAS E ADMINISTRADORAS DE APLICATIVOS PARA CHAMAR
TÁXIS • PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DESTAS
EMPRESAS**

Vitor Vilela Guglinski

Gestão Empresarial

**ASSESSORIA JURÍDICA CÍVEL EMPRESARIAL NOS PROJETOS DE
INFRAESTRUTURA**

Waleska de Figueiredo Maciel Silveira

Conjuntura

LIBERDADE ECONÔMICA X ABUSIVIDADE NA ELEVAÇÃO DOS PREÇOS

Eduardo Tozzini

Portal Jurídico

**LUIGI FERRAJOLI E O ESTADO DEFENSOR ENQUANTO MAGISTRATURA
POSTULANTE E CUSTOS VULNERABILIS**

Maurilio Casas Maia

Tendências

É POSSÍVEL EXISTIR UM ESTADO HONESTO SEM UMA SOCIEDADE ÍNTegra?

José Matias-Pereira

Enfoque

**CAUSA E MOTIVO DO NEGÓCIO JURÍDICO • CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DO
ART. 140 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO**

Igor Volpato Bedone

Visão Jurídica

NÃO É DOS ASTROS A CULPA

Sergio Fernando Moro

Doutrina

**TRIBUNAL DO JÚRI • NEGATIVA DE AUTORIA COMO TESE ÚNICA DE DEFESA E A
INDEVIDA ABSOLVIÇÃO DO ACUSADO**

André Wagner Melgaço Reis

Ponto de Vista

TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO E EMPREGO

José Pastore

Revista Jurídica Consulex nº 424 de 15/9/2014

Matérias de Capa ...

DA ESCRAVIDÃO À EXPROPRIAÇÃO • CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

DA ESCRAVIDÃO À EXPROPRIAÇÃO • CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

UMA REFLEXÃO SOBRE O TRABALHO ESCRAVO

Eduardo Pastore

DA ESCRAVIDÃO À EXPROPRIAÇÃO • CONSIDERAÇÕES SOBRE O ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL

Anna Carolina Carneiro

O TRABALHO ESCRAVO E A DESAPROPRIAÇÃO FRENTE AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Franco Cruz Mônego e Gilmar Luiz Mônego

TRABALHO ESCRAVO E DESAPROPRIAÇÃO

Luís Antônio Camargo de Melo

TRABALHO ESCRAVO E EXPROPRIAÇÃO

Carla Maria Santos Carneiro e Leandro Marmo Carneiro Costa

TRABALHO DEGRADANTE E PROJETO DE LEI DA DESAPROPRIAÇÃO POR TRABALHO ESCRAVO

Gustavo Filipe Barbosa Garcia

TRABALHO ESCRAVO E DESAPROPRIAÇÃO • O COMBATE À ESCRAVIDÃO CONTEMPORÂNEA

José Alberto Couto Maciel

A EMENDA CONSTITUCIONAL N° 81/14 E O TRABALHO FORÇADO NO BRASIL

Georgenor de Sousa Franco Filho

COM A PALAVRA...

Rodrigo Janot

Entrevista

CORRUPÇÃO • É POSSÍVEL SUPERAR ESTE CÂNCER NO BRASIL?

Henrique Flory

Crítica & Autocrítica

SUMMUM IUS SUMMA INIURIA

Ronaldo Rebelló de Britto Poletti

Painel Econômico

20 ANOS DE ESTABILIZAÇÃO MONETÁRIA, MAS E O CRESCIMENTO ECONÔMICO?

Fernando Ferrari Filho e Octavio Augusto Camargo Conceição

Propostas e Projetos

PROCESSO DE EXECUÇÃO PENAL INTEGRALMENTE ELETRÔNICO
Evandro Cangussu Melo

Painel do Leitor
A IMPORTÂNCIA DAS AÇÕES REGRESSIVAS
Júlio César Pereira Botelho

Gestão de Escritório
O FIM DO IMPROVISO NA GESTÃO FAMILIAR
Rodrigo Bertozzi

Destaque
A FANTASIA DO HORÁRIO ELEITORAL
Ives Gandra da Silva Martins

Conjuntura
ISS NAS OPERAÇÕES COM CARTÕES MAGNÉTICOS • ASPECTOS CONTROVERTIDOS
Philippe Gail e Hernani Zanin Junior

Tendências
DIREITO JUDICIAL CRIATIVO • PARA UMA TEORIA PRÁTICA DO DIREITO
Ricardo Diego Nunes Pereira

Portal Jurídico
ESTATUTO DA JUVENTUDE • DIREITOS PELA PARTICIPAÇÃO SOCIAL
João Francisco da Mota Junior

Observatório Jurídico
O SISTEMA ACUSATÓRIO E OS ARTS. 212 E 310, INCISO II, DO CPP
Renato Marcão

In Voga
DECRETO N° 8.243/14 E A POLÍTICA NACIONAL DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Gilson Dipp

Contexto
ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO • ADVOCACIA DE ESTADO OU ADVOCACIA DE GOVERNO
Jair José Perin

Enfoque
PRINCÍPIO REPUBLICANO
Alan Luiz Bonat

Doutrina
JUROS REMUNERATÓRIOS • ILEGALIDADE NA LIMITAÇÃO EM 12% AO ANO NAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO REALIZADAS POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E INSTRUMENTALIZADAS POR CÉDULAS DE CRÉDITO COMERCIAL
Ivan Fernandez Baqueiro Perruch

Ponto de Vista
O EXTERMINADOR DO FUTURO*Eudes Quintino de Oliveira Júnior*

Revista Jurídica Consulex nº 423 de 1/9/2014

Matérias de Capa.....

APOSENTADORIA E DESAPOSENTAÇÃO • ASPECTOS JURÍDICOS E PREVIDENCIÁRIOS

Na seara do Direito Previdenciário, a aposentadoria e a desaposentação são dois temas que merecem atenção e se desdobram em uma série de perspectivas jurídicas e sociais de grande relevância para a sociedade e o País. Sob as considerações dos ilustres articulistas desta matéria de capa, aspectos relacionados ao regime da Previdência Social; às formas e carências da aposentadoria por idade no Brasil; ao fator previdenciário e uma possível extinção da aposentadoria por tempo de contribuição; à “desaposentação legal” ou por “via transversa” e o questionamento acerca da necessidade de se empreender a reforma da Previdência merecem destaque. Trata-se de questões intrincadas no cotidiano dos brasileiros, com as quais, cedo ou tarde, todos precisaremos lidar.

AS DIFERENTES FORMAS E CARÊNCIAS DA APOSENTADORIA POR IDADE NO BRASIL

Marcella Brunelli Mazzo

O FATOR PREVIDENCIÁRIO E A IMINENTE EXTINÇÃO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Theodoro Vicente Agostinho e Sérgio Henrique Salvador

A SEGURANÇA FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM A EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41/03

Maria Stela Lira Barboza de Brito

“DESAPOSENTAÇÃO LEGAL” OU POR “VIA TRANSVERSA” • (“DESAPOSENTAÇÃO COMPULSÓRIA”)

Tiago Faggioni Bachur

POR QUE REFORMAR A PREVIDÊNCIA?

Bernard Appy

Com a Palavra...

COM A PALAVRA...

José Matias-Pereira

“Os argumentos em defesa do conteúdo do Decreto nº 8.243/14, que, em tese, buscara simplesmente estimular conselhos, conferências, ouvidorias, mesas de diálogo, consultas públicas, audiências públicas e ambientes virtuais de participação social, na realidade, promovem mudanças profundas no ordenamento jurídico, contribuindo para o desequilíbrio nas funções dos três Poderes constituídos, definidos no art. 2º da Constituição Federal.”

Entrevista

ELISÃO E NORMA ANTIELISIVA • COMPLETABILIDADE E SISTEMA TRIBUTÁRIO

Charles William Mcnaughton

Crítica & Autocrítica

ENIGMA E AMBIGUIDADE DO BOLIVARIANISMO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel do Leitor

DIREITO, MORAL E CIÊNCIA CONTEMPORÂNEA

Eduardo Luiz Santos Cabette

Painel Econômico

INCERTEZA JURISDICIONAL E CONTRATOS DE INFRAESTRUTURA

Eduardo Souza

Propostas e Projetos

BIOGRAFIAS • LUCRO E LEGALIDADE

Eliane Yachouh Abrão

Ciência Jurídica em Foco

MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL VOLTA À TONA NO STF

Saul Tourinho Leal

Destaque

CENÁRIOS POSSÍVEIS

Almir Pazzianotto Pinto

Contexto

CADASTRO AMBIENTAL RURAL • UMA REALIDADE, UM COMPROMISSO COM A EFETIVA INFORMAÇÃO AMBIENTAL

Bruno Campos Silva

Observatório Jurídico

A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA INCONSTITUCIONAL • O INSTITUTO DA QUERELA NULLITATIS INSANABILIS COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DE DECISÕES JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO

Vivian Azevedo Rodrigues

Conjuntura

A IMPOSSIBILIDADE DO MANEJO DE MEDIDA CAUTELAR FISCAL PARA ACAUTELAR CRÉDITO TRIBUTÁRIO QUE NÃO FOI DEFINITIVAMENTE CONSTITUÍDO

Alexandre Venturini

Tendências

ESTÁDIOS DE FUTEBOL PADRÃO FIFA • GASTOS CONSTRUÍRAM PRESÍDIOS PADRÃO ONU E ESCOLAS PADRÃO UNESCO PARA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

Cândido Furtado Maia Neto

Direito Empresarial

AS COOPERATIVAS E O REGIME RECUPERATÓRIO DA LEI Nº 11.101/05

Fernando Pellenz, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea

Enfoque

O DIREITO REGULATÓRIO E A “ATIVIDADE LEGISLATIVA” DAS AGÊNCIAS REGULADORAS • LIMITES AO EXERCÍCIO DE PODER NORMATIVO E A FORMA DE CONTROLE JUDICIAL SOBRE OS ATOS CORRELATOS

João Paulo Cachate

Portal Jurídico

DIALOGOS ENTRE AS INSTÂNCIAS PENAL E ADMINISTRATIVA SANCIONATÓRIA • MOMENTO DO INTERROGATÓRIO

Rubens Vieira

In Voga

O DEPOIMENTO SEM DANO COMO INSTRUMENTO DE HUMANIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Wanderlei José dos Reis

Doutrina

SEGURU DPVAT • INTERESSE DE AGIR E PRETENSÃO RESISTIDA PARA INGRESSO NA VIA JUDICIAL

Fernando Augusto Chacha de Rezende

Ponto de Vista

FEDERALISMO E GUERRA FISCAL

Natalia França Gonçalves

Revista Jurídica Consulex nº 422 de 15/8/2014

Matéria de Capa

MAGISTRATURA E MINISTÉRIO PÚBLICO • PORTE DE ARMA DE DEFESA PESSOAL

Muito embora a Lei Orgânica da Magistratura Nacional e a Lei Orgânica do Ministério Público confirmam aos membros das respectivas carreiras a prerrogativa de portar arma de defesa pessoal, questões relativas ao procedimento simplificado para registro e renovação do porte de arma de fogo, com dispensa de teste psicológico e de capacidade técnica, e à revisão periódica do registro, conforme disciplinadas pelo Estatuto do Desarmamento, têm criado insegurança jurídica e suscitado discussões. Nesse contexto, a solução do conflito de normas e a (des)necessidade de aferição de capacidade individual para usar arma de fogo são importantes pontos tratados pelos doutos articulistas desta matéria de capa.

PORTE DE ARMA PARA MAGISTRADOS

Antônio César Bochenek

PORTE DE ARMA PARA DEFESA PESSOAL DE JUÍZES

Dalmo de Abreu Dallari

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PORTE DE ARMA PARA MAGISTRADOS

Felício de Lima Soares

OS JUÍZES E A VIOLENCIA NO PAÍS • CONHECIMENTO DO DIREITO + UM “38”

Luiz Flávio Gomes

PORTE DE ARMA DE DEFESA PESSOAL PARA JUÍZES

João Gaspar Rodrigues

Painel do Leitor

FUNGIBILIDADE DOS REMÉDIOS JURÍDICOS DE DEFESA DA LIBERDADE INDIVIDUAL DE LOCOMOÇÃO

Joaquim de Campos Martins

Direito e Bioética

PROSTITUIÇÃO • ENTRE A MORAL E A LEI

Fernando Corsato Neto e Tereza Rodrigues Vieira

Como Decidem os Tribunais

COMBATE AO TABAGISMO • TAXA DE VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA – LEGITIMIDADE

Desembargador Federal Souza Prudente

Propostas e Projetos

REFORMA MACROESTRUTURAL DO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO SEM A EFETIVA OBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGISLATIVO

Francisco Rabelo Dourado de Andrade

Direito Marítimo

COBERTURA DA MÍDIA EM ACIDENTES MARÍTIMOS • UMA ANÁLISE SOBRE O DESASTRE NO GOLFO DO MÉXICO E O CASO CHEVRON

Gabriela Soldano Garcez

Destaque

O BRASIL NECESSITA APERFEIÇOAR O SEU PROCESSO ORÇAMENTÁRIO?

José Matias-Pereira

In Voga

NOTAS DA GLOBALIZAÇÃO E DO DIREITO INTERNACIONAL NA PALESTINA

Luciano Marinho Filho

Portal Jurídico

A POLITIZAÇÃO DO QUINTO CONSTITUCIONAL EM CONSONÂNCIA COM O SISTEMA DE SE-PARAÇÃO DOS PODERES

Anderson Couto do Amaral

Observatório Jurídico

REMOÇÃO DOS RESULTADOS DE PESQUISA (INDEXAÇÃO) DOS MOTORES DE BUSCA NA INTERNET • A REPERCUSSÃO DA DECISÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA (PARTE I)

Demórito Reinaldo Filho

Conjuntura

REFLEXÕES TRIBUTÁRIAS EM PERÍODO ELEITORAL • O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E O COMPLEXO SISTEMA DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS ACESSÓRIAS VIGENTE NO BRASIL

Guilherme Cardoso Leite

Contexto

O PERFIL CRIMINAL E SUA EFICÁCIA COMO FERRAMENTA INVESTIGATIVA

Daniela Chammas

Enfoque

PODER (DEVER) INSTRUTÓRIO DO JUIZ, NEOPROCESSUALISMO E PRINCÍPIOS CORRELATOS

Fernando Augusto Chacha de Rezende

Tendências

DIVÓRCIO LIMINAR • UMA QUEBRA DE PARADIGMAS?

Renata Malta Vilas-Bôas e Susana de Moraes Spencer Bruno

Doutrina

O DIREITO DE SEQUELA NO DIREITO CIVIL

Rodrigo Leventi Guimarães

Ponto de Vista

IMPOSTO DE FRONTEIRA • ILEGALIDADE DA COBRANÇA DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Harrison Nagel

Com a Palavra...

Alexandre Camanho de Assis

“Atendendo à demanda do Congresso Nacional por regulamentação mais específica, no ano passado apresentou-se o Projeto de Lei nº 5.776/13, que normatiza a investigação criminal no País. Acreditamos que os parlamentares e os demais órgãos do governo honrarão seu compromisso com a Constituição e o Estado Democrático de Direito, buscando uma solução para a investigação criminal, assim como novas balizas de segurança pública.”

Entrevista

INCRIMINAÇÃO DAS CONDUTAS LESIVAS À LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Guilherme Alfredo de Moraes Nostre

Crítica & Autocrítica

POLÍTICA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

ATÉ QUANDO?

Fábio Giambiagi

Revista Jurídica Consulex nº 421 de 1/8/2014

Matérias de Capa...

CRIANÇAS EM RISCO • O DESCASO COM AS DENÚNCIAS DE NEGLIGÊNCIA FAMILIAR

O desaparecimento do menino Bernardo Uglione Boldrini, de 11 anos, em abril deste ano, e a posterior confirmação de sua morte, trazem à lume a face perversa do descaso com as denúncias de negligência familiar e as várias formas de agressão a crianças e adolescentes que têm sido perpetradas no âmbito das famílias. Ilustres articulistas levantam números que chamam a atenção de toda a sociedade, questões sociais e jurídicas relacionadas à negligência e críticas à aprovação da Lei nº 13.010/14, demonstrando que, passados 24 anos da promulgação do ECA, ainda existem óbices à efetivação da proteção integral de crianças e adolescentes.

BRASIL • CRIANÇAS EM RISCO

Ariel de Castro Alves

DENÚNCIAS DE NEGLIGÊNCIA FAMILIAR • CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE PEDEM SOCORRO

Mônica Nardy Marzagão Silva

NEGLIGÊNCIA FAMILIAR, SOCIAL, HUMANA...

Geraldo Ballone

UMA LEI E DOIS EQUIVOCOS • LEI DA PALMADA OU LEI MENINO BERNARDO

Maria Berenice Dias

VIOLAÇÕES E NEGLIGÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Glicia Thais Salmeron de Miranda

Com a Palavra...

Sergio Fernando Moro

“Para a formação de bancos de dados abrangentes faz-se necessário colher perfis genéticos em ampla escala, especialmente de todos os condenados por crimes violentos ou sexuais. A medida levaria à formação de bancos de dados de perfis genéticos abrangentes, aumentando o índice de solução dos casos criminais, diminuindo a impunidade e, igualmente, reduzindo as chances de erros judiciaários.”

Entrevista

PROJETO DE NOVO CPC • CONSIDERAÇÕES SOBRE A NOVEL DISCIPLINA PROCESSUAL CIVIL

Luiz Henrique Volpe Camargo

Crítica & Autocrítica

NOVOS HORIZONTES DO NOSSO MUNDO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Direito Marítimo

LOGÍSTICA E ADVOCACIA NA ATIVIDADE PORTUÁRIA

Edison Santana dos Santos

Painel do Leitor

DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA INVERSA

Isabella Cristina Ribeiro Pereira

Propostas e Projetos

FLEXIBILIZAÇÃO DO MONOPÓLIO DO URÂNIO E A OPORTUNIDADE BRASILEIRA

Ernesto Mandarino

Painel Econômico

A ESTABILIDADE DA ECONOMIA BRASILEIRA ESTÁ AMEAÇADA?

José Matias-Pereira

Direito e Bioética

PRIVACIDADE EM CONTEXTO NA ÁREA DE SAÚDE

Gustavo Artese

Destaque

DEMOCRACIA TRIBUTÁRIA

Vitor Krikor Gueogjian

Tendências

SÚMULA STJ Nº 511 • PRIMEIROS COMENTÁRIOS E UMA CRÍTICA

Eduardo Luiz Santos Cabette

Contexto

GRAVAÇÃO DA AUDIÊNCIA • BREVES COMENTÁRIOS

Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante e Letícia Costa Mota

Conjuntura

NOVA ETAPA NA GUERRA FISCAL

Antonio Carlos Salla

Observatório Jurídico

BREVES NOTAS SOBRE A MINIRREFORMA ELEITORAL DE 2013

Hardy Waldschmidt

In Voga

O DESAFIO DA TERCEIRIZAÇÃO

Almir Pazzianotto Pinto

Gestão Empresarial

POISON PILLS • VANTAGENS E DESVANTAGENS

Daniel Afonso Franzin

Enfoque

BASILEIA III E OS INCENTIVOS AO MERCADO DE CAPITAIS

Pedro Eroles

Portal Jurídico

PRIMAZIA DA GESTÃO DOS RISCOS • NOVO PARADIGMA DA PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

Sandro Heleno Gomes Ferreira

Doutrina

A IRREDUTIBILIDADE DA HIPOTECA

Ivan Fernandez Baqueiro Perrucho

Ponto de Vista

PARTIDOS POLÍTICOS

José Carlos Sousa Silva

Revista Jurídica Consulex nº 420 de 15/7/2014 -

Matérias de Capa...

TEMPO É DINHEIRO DO CONTRIBUINTE

Tempo é dinheiro, este é o antigo ditado popular. A conjuntura de exação de alguns tributos, entretanto, leva à conclusão de que o prejuízo, nestes casos, é do contribuinte. Em matéria de capa, os insignes articulistas tratam de questões pontuais que envolvem a cobrança de ISS, ICMS, IRPJ, CSLL, IPTU, PIS e Cofins, e, sem solução ao longo do tempo, oneraram ou ainda causam prejuízos ao contribuinte. Tal perspectiva merece debate, especialmente considerando os estudos sobre a carga tributária, que indicam o Brasil como um dos países que mais cobram impostos no mundo, sem a compatível contrapartida em benefícios e qualidade de vida para o cidadão.

A NATUREZA SANCIONATÓRIA DA ALÍQUOTA DO IPTU PROGRESSIVA NO TEMPO

Müller Cavalcanti Silva

OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES POR EMPREGADOS E A RECENTE LEI Nº 12.973/14

Rogério Pires da Silva

ISS X ICMS NA INDUSTRIALIZAÇÃO DE EMBALAGENS • DECISÃO DO SUPREMO AINDA ESTÁ LONGE DO FIM

Rafael Augusto Oliva Gatto

REVERSÃO DE PROVISÃO PARA PAGAMENTO DE IRPJ E CSLL • AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Ivan Fernandez Baqueiro Perrucho

A INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA DO PIS/COFINS NAS FATURAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Cristiano Poter, Helena Nickel e João Luís Emmel

Com a Palavra...

Thyago Pereira Trairi

“No Brasil, se assiste a reivindicações de reformas de toda ordem. A Reforma Tributária não ficou de fora. Ocorre que, todavia, muitos propugnam tal reforma com o principal objetivo de tão somente reduzir a carga tributária. Afinal, se o Estado não cumpre seus deveres ‘contratuais’, que pelo menos não se pague tanto. Assim, aquele finge que faz, e o contribuinte finge tolerar. É esse ‘pacto de mediocridade’ recíproca que a maioria deseja? Pretende-se crer que não.”

Entrevista

TRIBUTAÇÃO DOS LUCROS AUFERIDOS NO EXTERIOR • AS NOVAS REGRAS INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 12.973/14

Demes Britto

Crítica & Autocrítica

REFLEXÕES SOBRE A DEMOCRACIA

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

OS AJUSTES PARA 2015

Yoshiaki Nakano

Direito Internacional

AS POLÍTICAS DA UNIÃO EUROPEIA NO ÂMBITO DA PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Mário Frota

Propostas e Projetos

TERCEIRIZAÇÃO NO STF

José Pastore

Ciência Jurídica em Foco

**PENALIZAÇÃO DA EXPLORAÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO POR MEIO DA EXPROPRIAÇÃO
DE PROPRIEDADE RURAL OU URBANA**

Anna Carolina Carneiro

Direito e Bioética

**GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO NOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS E A GERAÇÃO
DE NOVOS PRODUTOS NA AMAZÔNIA**

Sebastião Marcelice e Leyla Viga Yurtsever

Painel do Leitor

NOVAS TECNOLOGIAS E O EMPREENDEDORISMO JUDICIAL NO BRASIL

Fernando de Castro Fontainha

Destaque

A IMPORTÂNCIA DA CONCILIAÇÃO PARA A ECONOMIA ATUAL

Luiz Felipe Perrone dos Reis

Enfoque

EXECUÇÃO DA PENA E TRABALHO EXTERNO “A CÉSAR O QUE É DE CÉSAR”

Alexandre de Moraes

Contexto

**INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM SÍNDROME DE ASPERGER NA REDE PÚBLICA DE
ENSINO**

Nara Rejane Marques de Vargas

Tendências

JULGAR CONTAS É ASSUNTO DA SUA CONTA

Leonel Munhoz Coimbra

Conjuntura

ESTRATÉGIAS TRIBUTÁRIAS PODEM AFETAR REPUTAÇÃO

Dalton Yoshio Hirata e Daniel Leib Zugman

Portal Jurídico

**DIVERGÊNCIAS DOUTRINÁRIAS ACERCA DA NATUREZA JURÍDICA DO ART. 1.698 DO CÓDIGO
CIVIL**

Ranieri de Andrade Lima Santos

In Voga

DESCONSTRUINDO MITOS • NÃO HÁ HIERARQUIA ENTRE JUÍZES E ADVOGADOS

Gustavo Filipe Barbosa Garcia

Observatório Jurídico

DA PRISÃO DO ESTRANGEIRO NO BRASIL

Marcelo Barça Alves de Miranda

Doutrina

INTERPOSIÇÃO FRAUDULENTA DE TERCEIROS NAS OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR

Gilberto de Castro Moreira Junior

Ponto de Vista

48 HORAS

Ricardo Ferraço

“A PEC nº 33/12 abre brechas para a redução da maioridade penal para 16 anos, apenas nos casos de crimes mais graves (homicídio, tráfico de drogas, tortura e terrorismo, reincidência em lesões corporais graves ou roubo qualificado). Certamente, não é uma solução milagrosa para o problema da criminalidade juvenil. Mas é um avanço. Uma resposta sensata e pautada pela razão, não pela emoção.”

Revista Jurídica Consulex nº 419 de 1/7/2014

Matéria de Capa...

JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS

Gilmar Luiz Mônego e Franco Cruz Mônego

DA CORDIALIDADE À VIOLENCIA

Roberto Delmanto

JUSTIÇAMENTO • JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS

Luiz Flávio Borges D'Urso

SOCIEDADE DE MASSAS E JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS

Luiz Flávio Gomes

MÍDIA, DIREITOS HUMANOS E VÍTIMAS DO PORVIR

Warley Belo

COMBATER A BARBÁRIE

Wadih Damous

Com a Palavra...

Luciano Marinho Filho

“O Brasil vem marcando passos ou mesmo involuindo nos últimos anos. O que nos resta? A resposta é simples: sustentar o mundo com nossas commodities, conviver no moinho de gastar gente chamado Brasil e nos regozijar na apoteose das festas populares ou no gol da seleção. Neles, a catarse da miscigenação se realiza na ‘evolução da liberdade até o dia clarear. Ai, que vida boa, olerê; ai, que vida boa, olará; o estandarte do sanatório geral vai passar’... É gol!!”

Entrevista

INIDONEIDADE FISCAL NO ÂMBITO DO ICMS E A SEGURANÇA JURÍDICA DO CONTRIBUINTE

Renata Cassia de Santana

Crítica & Autocrítica

DOM QUIXOTE E SANCHO PANÇA

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

OS IMPACTOS DA ESTAGFLAÇÃO NO BRASIL

José Matias-Pereira

Propostas e Projetos

AMEAÇA AO ENFRENTAMENTO DO TRABALHO ESCRAVO CONTEMPORÂNEO

Luís Camargo

Painel do Leitor

A QUE PONTO CHEGOU O LEGISLATIVO BRASILEIRO • A LEI Nº 12.971/14 E A “EMBRIAGUÊS” LEGISLATIVA

Thales Tácito Pontes Luz de Pádua Cerqueira

Direito Marítimo

INTERFERÊNCIA DO GOVERNO NA REGULAÇÃO DA PRATICAGEM • UM NAUFRÁGIO NO ENCAPELADO MAR DAS ILEGALIDADES

Matusalém Gonçalves Pimenta

Destaque

HOMENAGEM À MATERNIDADE

Eudes Quintino de Oliveira Júnior

Contexto

AS COTAS SOCIAIS AFIRMATIVAS DO DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO

Antônio Souza Prudente

In Voga

DECRETO Nº 8.243/14 • ENFRAQUECIMENTO DO PODER LEGISLATIVO OU

FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA?

João Francisco da Mota Junior

Tendências

O MARCO CIVIL DA INTERNET E OS CONTRATOS ELETRÔNICOS

Leandro Velloso

Enfoque

ORGANIZAÇÃO SINDICAL EM TEMPOS DE DITADURA

José Carlos Arouca

Observatório Jurídico

ASPECTOS PENAIS DO RACISMO, PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO • AGENTES DESESTABILIZADORES DO MEIO AMBIENTE CULTURAL

André Francisco Cantanhede de Menezes

Conjuntura

UM DEBATE ACERCA DO IPTU “CONFISCATÓRIO”

Pedro Júlio Sales D'Araújo

Portal Jurídico

CONTRATOS DE COLABORAÇÃO EMPRESARIAL E CONDUTAS DE COLUSÃO VERTICAL

Thiago do Amaral Santos

Doutrina

EXECUÇÃO FISCAL • ARRESTO ON-LINE PELO SISTEMA BACENJUD

Carlos Lindenbergs Ruiz Lanna

Ponto de Vista

O QUE É EXTORSÃO CRIPTOVIRAL?

Eduardo Luiz Santos Cabette

Revista Jurídica Consulex nº 418 de 30/6/2014

Matéria de Capa...

LIBERDADE RELIGIOSA É BOA PARA OS NEGÓCIOS?

SETE RAZÕES PELAS QUAIS A LIBERDADE RELIGIOSA É BOA PARA OS NEGÓCIOS

Brian J. Grim

LIBERDADE RELIGIOSA E ECONOMIA

Ives Gandra da Silva Martins

LIBERDADE RELIGIOSA E CRESCIMENTO ECONÔMICO GLOBAL

Gregory Clark e Fábio Nascimento

LIBERDADE RELIGIOSA E A ATIVIDADE PROFISSIONAL

Maria Garcia

FRATERNIDADE RELIGIOSA E SATISFAÇÃO EMPRESARIAL • POR QUE UM AMBIENTE DE TOLERÂNCIA É BOM PARA OS NEGÓCIOS?

Rafael de Lazarí

QUAL LIBERDADE RELIGIOSA É BOA PARA OS NEGÓCIOS?

Aldir Guedes Soriano

COM A PALAVRA...

João Baptista Herkenhoff

Entrevista

CÓDIGO COMERCIAL • MUITA CALMA NESSA HORA

Rodrigo Mezzomo

Crítica & Autocrítica

MENSALÃO • PONTOS CRÍTICOS DO JULGAMENTO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

O PÊNDULO BALANÇA EM DIREÇÃO A UMA ECONOMIA DE MERCADO

José Matias-Pereira

Direito e Bioética

AUTONOMIA PRIVADA DO IDOSO E A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1.641, INCISO II, DO CÓDIGO CIVIL

Tiago Vieira Bomtempo

Propostas e Projetos

PROJETO DE NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL • JUIZ-LEGISLADOR?

Rafael Vasconcellos de Araújo Pereira

Painel do Leitor

DO ENGESSAMENTO DO STF PELA REPERCUSSÃO GERAL

Rodrigo Barboza de Melo

Ciência Jurídica em Foco

O PODER DO DIREITO

Marcus Firmino Santiago

Destaque

RESPONSABILIDADE SINDICAL EM CONFLITOS ATÍPICOS

Paulo Sergio João

Portal Jurídico

O DIREITO AMBIENTAL INFRACONSTITUCIONAL E A CLÁUSULA PÉTREA

Peter Eisenbarth

Observatório Jurídico

ESTATUTO DE ROMA E CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA • INCOMPATÍVEIS?

Lamine Sissé

Enfoque

COMUNIDADE PRISIONAL • ILAÇÃO DA SOCIEDADE

Hildebrando Diniz Araújo e Hildebrando Diniz Araújo Júnior
hóspedes do poder estatal.”

In Voga

LEI DA PALMADA • PROJETO DE LEI Nº 7.672/10

Eduardo Luiz Santos Cabette

Tendências

FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHAS FAZ LEMBRAR A DITADURA

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.

Contexto

A PALAVRA DA VÍTIMA E AS DEMAIS PROVAS NO CRIME DE ESTUPRO

Maria do Socorro Santa Rosa de Carvalho Habib

Conjuntura

A IMPORTÂNCIA DA PROVA PARA ISENÇÃO DO ISS NA EXPORTAÇÃO DE SERVIÇOS

Marco Antônio Behrndt e Ana Flora Vaz Lobato Diaz

Visão Jurídica

O PARADOXO TRABALHISTA

Almir Pazzianotto Pinto

Doutrina

NEGÓCIO FIDUCIÁRIO

Marina Vessoni Labate Lacaz

Ponto de Vista

A QUESTÃO DOS REFUGIADOS E DO VISTO HUMANITÁRIO

Luiz Flávio Filizzola D'Urso

Revista Jurídica Consulex nº 417 de 1/6/2014

Matérias de capa....

SUPERENDIVIDAMENTO • A BOLA DA VEZ NO PAÍS DA COPA

SUPERENDIVIDAMENTO • DO PARAÍSO AO INFERNO

Ricardo Ferraço

ASPECTOS DO SUPERENDIVIDAMENTO

Henrique Mariano

SOMOS UM SÓ, NO ENDIVIDAMENTO

Rodolfo Amaral

EDUCAÇÃO FINANCEIRA É O CAMINHO PARA SAIR DO SUPERENDIVIDAMENTO

Reinaldo Domingos

UMA SOLUÇÃO PARA O “SUPERENDIVIDAMENTO”

Gustavo César Terra Teixeira

COM A PALAVRA...

Josef Barat

“O Código Brasileiro de Aeronáutica, datado de 1986, é anterior à Constituição Federal de 1988 e às legislações concernentes às concessões e licitações, aos direitos do consumidor, à defesa da concorrência, à proteção ambiental e às falências e recuperação judicial. Desta forma, hoje, o grande desafio é o de dotar o País de um marco legal que possa dar suporte às estratégias e políticas para a aviação civil, sobretudo políticas e regras de regulação econômica que balizem a evolução dos mercados internacional, doméstico e regional.”

Entrevista

ANÁLISE E ESTUDO DA TRIBUTAÇÃO NO BRASIL • UM NOVO FOCO PARA AS UNIVERSIDADES

Hélio Silvio Ourém Campos

Crítica & Autocrítica

REFORMA DA JUSTIÇA

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Direito e Bioética

TALIDOMIDA • A AUSÊNCIA DA PRECAUÇÃO E OS CONSEQUENTES DANOS

Marina Vessoni Labate Lacaz

Painel Econômico

A IMPORTÂNCIA GEOPOLÍTICA DOS BRICS

Mario Garnero

Painel do Leitor

ACESSO DO NEGATIVADO À INTERNET

Peter Eisenbarth

Direito Comparado

HOMOFOBIA OU HETEROINTOLERÂNCIA?

Emerson Garcia

Propostas e Projetos

DA PROPOSTA DE AMPLIAÇÃO DA APLICAÇÃO DO RDC

Caio de Souza Loureiro

Destaque

A INVASÃO DOS IDOSOS

José Pastore

Gestão Empresarial

CRISE • UM FENÔMENO RECORRENTE

Heli Gonçalves Moreira

Tendências

HABEAS CORPUS CONTRA ATO DE TURMA OU MINISTRO DO STF

Alexandre Fernandes Dantas e Marcelo Barbosa Vianna Shad

Portal Jurídico

A SUSPENSÃO DE SEGURANÇA COMO INSTRUMENTO AGRESSOR DOS TRATADOS E CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE DIREITOS HUMANOS

Antônio Souza Prudente

Contexto

A COISA JULGADA NAS DECISÕES DOS TRIBUNAIS DE CONTAS

Jorge Batista Junior

Conjuntura

A VERDADE DOS FATOS

Mirian Teresa Pascon

Enfoque

ESTADOS UNIDOS E O SINAL AMARELO PARA A DESIGUALDADE

Luiz Flávio Gomes

Observatório Jurídico

CONDUÇÃO COERCITIVA DE ACUSADO E DE TESTEMUNHAS NO DIREITO MILITAR • ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DIANTE DA APURAÇÃO DO ILÍCITO PENAL E ADMINISTRATIVO

Jorge Cesar de Assis

Visão Jurídica

CUSTOS VULNERABILIS CONSTITUCIONAL • O ESTADO DEFENSOR ENTRE O RESP Nº 1.192.577-RS E A PEC Nº 4/14

Maurilio Casas Maia

In Voga

BARBÁRIE E VINGANÇA • CAUSAS E SOLUÇÕES

Euro Bento Maciel Filho

Doutrina

ESTUDO SOBRE A EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Fabrício Vasconcelos de Oliveira

Ponto de Vista

O PÚBLICO, O PRIVADO E O MAL ADMINISTRADO

Antonio Carlos Lopes

Revista Jurídica Consulex nº 416 de 15/5/2014

Matérias de capa.....

CRISE HÍDRICA • O CONTEXTO ATUAL DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL

Em meio a uma realidade de incerteza e insegurança acerca do abastecimento de água em vários Estados brasileiros, as recorrentes notícias de redução do nível de água acumulado do Sistema Cantareira, diante da falta de chuvas, e apelos pelo uso consciente da água, o País se depara, de forma angustiante, com a questão da gestão de recursos hídricos. Uma ação conjunta, que envolva os governantes e a sociedade como um todo, é esperada para que a água, bem precioso à manutenção da vida, seja preservada para as futuras gerações tanto quanto possível. Na perspectiva dos ilustres articulistas da matéria de capa, estes pontos são avaliados e ensejam não apenas a discussão, mas uma ação efetiva e medidas urgentes.

O USO CONSCIENTE DA ÁGUA EM MEIO À CRISE HÍDRICA DE SÃO PAULO

Helio Mattar

REFLEXOS DA CRISE HÍDRICA PARA A INDÚSTRIA

Marcos Abreu Torres

A SECA NO NORDESTE ONTEM, HOJE E SEMPRE • UM ESTUDO CONTEMPORÂNEO

Paulo Lopo Saraiva

CRISE HIDRÍCA BRASILEIRA • ASPECTOS GERAIS E CONTEXTO ATUAL DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

Geórgia Karênia Rodrigues Martins Marsicano de Melo

COM A PALAVRA...

José Matias-Pereira

“Para que o Estado possa cumprir o seu papel de gerar o bem comum, torna-se essencial que o próximo Presidente da República inclua na sua agenda de reformas estruturais a ‘refundação da administração pública’, apoiada em novos parâmetros e valores como a meritocracia, a competência e a ética.”

Entrevista

MARCO CIVIL DA INTERNET • OS ERROS E ACERTOS DA NOVA LEGISLAÇÃO

Auriney Uchôa de Brito

Crítica & Autocrítica

A RAIZ DAS COISAS. RUI BARBOSA: O BRASIL NO MUNDO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Ciência Jurídica em Foco

CAUSA DE PEDIR • SUBSTANCIAÇÃO E INDIVIDUAÇÃO; FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E LEGAL

Guilherme Pupe da Nóbrega

Painel do Leitor

DANOS NAS RELAÇÕES AFETIVAS

Leyla Viga Yurtsever

Propostas e Projetos

A OFENSIVA DO INSS COM AÇÕES REGRESSIVAS

Ana Paula Oriola de Raeffray

Direito e Bioética

LEITURA LEGAL DO AFETO

Eudes Quintino de Oliveira Júnior

Como Decidem os Tribunais

USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE • POLÍTICA ENERGÉTICA E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Desembargador Federal Souza Prudente

Painel Econômico

COMPETITIVIDADE É O NOME DO JOGO

Josef Barat

Gestão de Escritório

CONTROLADORIA JURÍDICA • NOVA TENDÊNCIA DOS ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

Calver César Caixeta Rocha

Direito Internacional

O DIREITO E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Peter Eisenbarth

Destaque

A SÚMULA N° 244 E A INSEGURANÇA JURÍDICA

José Carlos Bonfiglioli

Enfoque

AS BRECHAS DA NOVA LEI SECA

Euro Bento Maciel Filho

In Voga

QUESTÃO FUNDIÁRIA E A MODULAÇÃO DE EFEITOS NAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Pedro Puttini Mendes

Tendências

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS • FRACIONAMENTO DECORRENTE DE RPV COM OS CRÉDITOS DE PRECATÓRIOS • NOVA VISÃO DO STJ E STF

Artur Ricardo Ratc

Contexto

AS MENTIRAS “VERDADEIRAS”

Ives Gandra da Silva Martins

Observatório Jurídico

ASSISTÊNCIA JURÍDICA NA EUROPA

André Luis Alves de Melo

Conjuntura

REGULAÇÃO DO INVESTIMENTO ESTRANGEIRO

Jairo Saddi

Portal Jurídico

O QUE É AÇÃO PENAL PÚBLICA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA?

Eduardo Luiz Santos Cabette e Monique Gonçalves Cossermelli Oliveira

Doutrina

NOTAS SOBRE A REVISÃO DE CONTRATO DE MÚTUO BANCÁRIO NO ENTENDIMENTO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Márcio Pires

Ponto de Vista

O EU-HERMENÊUTICO

Caleb Salomão

Revista Jurídica Consulex, nº 415, 1 maio. 2014

Matérias da capa.....

ADVOCACIA • TRÊS QUESTÕES ARREBATADORAS: SERVIÇO SINGULAR. HONORÁRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO. EIRELI PARA O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA.

Em excepcional matéria de capa, três questões arrebatadoras para a Advocacia são investigadas. Na palavra de respeitados Mestres e Juristas, a singularidade do serviço, os honorários na Justiça do Trabalho e a formação de EIRELI para o exercício da Advocacia são analisados pontualmente e com profundidade. Tratam-se de temas que ensejam debates e discussões e despertam o interesse não apenas da comunidade jurídica, mas de toda a sociedade, que necessita da atividade jurídica para ver efetivados os seus direitos.

PODEM OS ADVOGADOS CONSTITUIR EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA PARA O EXERCÍCIO DA ADVOCACIA?

Fabrício Vasconcelos de Oliveira

“SERVIÇO SINGULAR” • TODO SERVIÇO PRIVATIVO DE ADVOGADO É SINGULAR • A JURISPRUDÊNCIA – ATUALIZAÇÃO PARA 2014

Mauro Roberto Gomes de Mattos e Ivan Barbosa Rigolin

ANÁLISE INICIAL SOBRE OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS E O PROJETO DO CPC

Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante e Renato Marangoni

INSTITUIÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO

Alexandre Morais Cantero

COM A PALAVRA...

Ana Paula Oriola de Raeffray

Entrevista

DIREITO AMBIENTAL NO BRASIL • DA LEGISLAÇÃO À PRÁTICA

Antônio F. G. Beltrão

Crítica & Autocrítica

PRIMEIRO DE MAIO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

A COPA DO MUNDO E AS ÁREAS DE RESTRIÇÃO COMERCIAL

Cintia Luiza Tondin

Propostas e Projetos

TRÁFICO DE SERES HUMANOS • ENTRAVES DA LEGISLAÇÃO VIGENTE AO SEU ENFRENTAMENTO

José de Ribamar Barreiros Soares

Painel do Leitor

NOVAS PRÁTICAS E DINÂMICAS PARA AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

Fernanda Santos

Destaque

A REDISCUSSSÃO DA ANISTIA

Lázaro Guimarães

Portal Jurídico

O SEGURO AGRÍCOLA E A IMPORTÂNCIA DO DUTY TO MITIGATE THE LOSS

Ezequiel Morais

In Voga

A OIT ADVERTE

Almir Pazzianotto Pinto

Tendências

UNS BEAGLES E UMBIGOS • (RE)PENSANDO O VALOR DA DIGNIDADE DA VIDA

Eduardo Perez Oliveira

Conjuntura

SÍNDROME DE ASPERGER • ASPECTOS PREVIDENCIÁRIOS

Nara Rejane Marques de Vargas

Contexto

A CORRUPÇÃO NA ELABORAÇÃO E NA GESTÃO DO ORÇAMENTO PÚBLICO

Emerson Garcia

Observatório Jurídico

DA LEGALIDADE DA REVISTA PESSOAL REALIZADA PELA POLÍCIA

João Gaspar Rodrigues

Enfoque

PRISÕES NO BRASIL

Gláucio Soares e Luis Flavio Saporí

Doutrina

MUNICÍPIOS E O PODER-DEVER DE LEGISLAR SOBRE ASSISTÊNCIA JURÍDICA MUNICIPAL EM COMPETÊNCIA CONSTITUCIONAL SUPLEMENTAR

Andre Luis Alves de Melo

Ponto de Vista

TESTEMUNHA ANÔNIMA, MÍDIA JUSTICEIRA E JUSTIÇA INDEPENDENTE

Luiz Flávio Gomes

Matérias de Capa....

CANNABIS • LEGALIZAÇÃO E USO TERAPÊUTICO EM DEBATE

Conhecida e cultivada há séculos, bem ou mal utilizada, é fato que a Cannabis sativa é protagonista de um dos mais controversos debates da atualidade. A legalização do cultivo da planta que, comumente, é conhecida pelo efeito psicotrópico, para fins de uso terapêutico tem suscitado estudos e movimentado o Congresso Nacional. Diversos são os especialistas que listam os benefícios e os males que a maconha pode causar ao organismo humano, bem como as experiências exitosas no combate a diversas doenças e o temor pelo uso indevido e as decorrências da drogadição. Na voz dos ilustres articulistas desta matéria de capa, os argumentos pró e contra bem demonstram o quanto a questão merece a atenção de toda a sociedade.

CANNABIS • LEGALIZAÇÃO E USO TERAPÊUTICO EM DEBATE

André Kiepper

NOTAS SOBRE A LEGALIZAÇÃO DA MACONHA NO BRASIL

Eurico Júnior

CANABINOIDES • DA PROIBIÇÃO À PRESCRIÇÃO

Danilo Antonio Baltieri

MACONHA, A MAIS ANTIGA REVOLUÇÃO DA MEDICINA

Renato Malcher

DA GUERRA DO ÓPIO À LEGALIZAÇÃO DA MACONHA • DOIS SÉCULOS DE EXPERIÊNCIAS E ARGUMENTOS PARA FOMENTAR O DEBATE

Frederico Garcia, Eudis Garcia e Raquel Duarte

COM A PALAVRA...

José Matias-Pereira

“As ‘experiências’ do Governo em administrar os preços controlados (combustíveis, energia elétrica e, indiretamente, transportes públicos) são decisões equivocadas, pois quanto mais tempo levar para o rompimento desse represamento, maiores serão os riscos de graves danos no controle da inflação e, por consequência, na vida da população brasileira.”

Entrevista

A HUMANIDADE CONTRA AS CORDAS

Eduardo Felipe Matias

Crítica & Autocrítica

31 DE MARÇO DE 1964 • CRÍTICA JURÍDICA

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Direito Marítimo

RESOLUÇÃO ANTAQ 3.220 • UMA NOVA PROMESSA AO SETOR PORTUÁRIO

Rosane Menezes Lohbauer e Rodrigo Sarmento Barata

Propostas e Projetos

A “VOZ DO BRASIL” NAS VOZES DA COPA DO MUNDO

João Francisco da Mota Junior

Painel Econômico

JUROS MAIS ALTOS • QUAIS OS REFLEXOS PARA ENDIVIDADOS E INVESTIDORES?

Reinaldo Domingos

Direito e Bioética

É POSSÍVEL A DEVOLUÇÃO DE FILHOS ADOTIVOS?

Tereza Rodrigues Vieira e Fulvia Andreia Tizziani Musto

Painel do Leitor

VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA • ACEITAR CALADAS A IMPUNIDADE?

Destaque

CPI • PRIMAZ DIREITO DA OPOSIÇÃO

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.

Contexto

QUAL É O LUGAR DO HEROÍSMO EM UMA DEMOCRACIA CONSTITUCIONAL?

Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho

In Voga

CRIMES SEXUAIS NO TRANSPORTE PÚBLICO E O DIRETO PENAL

Euro Bento Maciel Filho

Conjuntura

NÓS, BRASILEIROS, COMPREENDEMOS O SIGNIFICADO DA TRIBUTAÇÃO?

Guilherme Pereira Dolabella Bicalho

Observatório Jurídico

**O FUNCIONALISMO JURÍDICO-PENAL ALEMÃO DE MATRIZ JAKOBSSIANA DESLEGITIMADO EM
POUCAS LINHAS • BREVÍSSIMO ENSAIO**

Eduardo Luiz Santos Cabette

Direito Empresarial

O CONTRATO DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM NO ÂMBITO EMPRESARIAL

Juliana Falci Sousa Rocha Cunha

Visão Jurídica

DIREITO INTERNACIONAL E SOCIEDADE GLOBALIZADA

Emerson de Aguiar Souza

Tendências

A RESPONSABILIZAÇÃO PENAL DA PESSOA JURÍDICA NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO PENAL

Wanderlei José dos Reis

Portal Jurídico

REQUISIÇÃO DE LOCAL PARA VOTAÇÃO E A COLISÃO ENTRE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

Carla Adriana de Carvalho Cavalcanti

Enfoque

VEDAÇÃO AO CONFISCO TRIBUTÁRIO • UM PRINCÍPIO CONFISCADO

Rogério Pires da Silva e Stephan Righi Boechat

Doutrina

**RELAÇÃO DE CONSUMO • PRAZO PARA RETIRADA DE PRODUTOS LEVADOS PARA CONSERTO E
A LEGALIDADE DE COBRANÇA DE ESTADIA**

Priscilla Yamamoto Rodrigues de Camargo Godoy

Ponto de Vista

O VERDE E AMARELO É DO BRASIL

Ivandro Sanchez

Matérias de capa....

EXPURGOS INFLACIONÁRIOS • A CONTA NÃO FECHOU...

Com repercussão geral reconhecida pelo STF, a questão dos expurgos inflacionários oriundos dos planos monetários adotados desde 1986 até a década de 1990, no Brasil, ainda não findou. O cotejo entre os argumentos de milhares de poupadore que se sentiram lesados neste período e dos bancos permite aos ilustres articulistas avaliarem criticamente a supressão do direito de propriedade. Vislumbrando-se o Judiciário como instância decisiva para análise do tema ou compreendendo-se que a questão, antes de jurisdicional, passou a ser política, ao que parece, para os poupadore, a conta ainda não fechou. Nada obstante, o recente julgamento do expurgo inflacionário conhecido como "Plano Verão" traz novas expectativas sobre o tema.

EXPURGOS INFLACIONÁRIOS NAS CADERNETAS DE POUPANÇA

Gilberto Melo

OS PLANOS ECONÔMICOS, AS POUPANÇAS E O ESTOURO DO ROJÃO

Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.

EXPURGOS INFLACIONÁRIOS

Artur Ricardo Ratc

OPORTUNIDADE TRIBUTÁRIA COM O JULGAMENTO DO PLANO VERÃO PELO STF

Fábio Martins de Andrade

Com a Palavra...

Wagner Rubinelli

"De forma sensata, o Conanda aprovou parecer contrário ao toque de recolher, proposta do PL nº 3.242/2012 (MG). Importante destacar que tal medida fará com que muitos jovens sejam perseguidos por uma Policia muitas vezes despreparada, como se fossem criminosos expostos a condições humilhantes e vexatórias, o que já caracteriza um crime por parte do Estado."

Entrevista

TEORIA DAS ELITES E A CABEÇA DA MEDUSA

Erivaldo Cavalcanti

Crítica & Autocrítica

31 DE MARÇO DE 1964 • CRÍTICA POLÍTICA

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

POR QUE NÃO SE FAZ PLANEJAMENTO DE LONGO PRAZO NO BRASIL?

José Matias-Pereira

Direito e Bioética

PATERNIDADE INTRAUTERINA

Eudes Quintino de Oliveira Júnior e Pedro Bellentani Quintino de Oliveira

Painel do Leitor

ENCARCERAMENTO FEMININO

João Gaspar Rodrigues

Direito Internacional

EUROPA ABANDONA A OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PENAL

André Luis Alves de Melo

Propostas e Projetos

É MELHOR PREVENIR QUE REMEDIAR

Dimas Eduardo Ramalho

Destaque

ENEM DEMAIS PARA UMA SOCIEDADE DE MENOS

Luciano Marinho Filho

Portal Jurídico

JURISDIÇÃO • PODER-DEVER DE APLICAR O DIREITO OU O QUE PENSA O MAGISTRADO?

Vinicius Cottas Azevedo

In Voga

A DESORDEM MENTAL E A PRETENSA REGULAMENTAÇÃO ARBITRÁRIA DAS MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS

Eduardo Luiz Santos Cabette

Tendências

A CASTRAÇÃO QUÍMICA NOS CRIMES SEXUAIS COMETIDOS POR PEDÓFILOS

Leyla Viga Yurtsever

Conjuntura

O SISTEMA TRIBUTÁRIO REGULATÓRIO

Fernando Barbelli Feitosa

Enfoque

A CONSTRUÇÃO CIVIL E A CONSTRUÇÃO DA PAZ NA SOCIEDADE CIVIL

Guilherme Guimarães Feliciano, Ney Maranhão e Flávio Leme Gonçalves

Contexto

O QUE GEROU AS MANIFESTAÇÕES QUE COMEÇARAM A VIRAR MODA NO BRASIL A PARTIR DE JUNHO DE 2013 E QUAIS AS NOSSAS SAÍDAS PARA A CRISE INSTALADA?

Aldo Nunes da Silva Junior

Observatório Jurídico

AFINAL, PARA QUE SERVE A PENA? A TRAGÉDIA DA AUTORIDADE?

Bernardo Montalvão Varjão de Azevedo

Doutrina

DOLO EVENTUAL, SUA APLICAÇÃO, SEUS LIMITES E A RESPONSABILIDADE PENAL OBJETIVA

Fabricio da Mata Corrêa

Ponto de Vista

NOVA LEI ANTICORRUPÇÃO E A PREOCUPAÇÃO DO TCU

Luís Justiniano Haiek Fernandes

Matérias de Capa...

O MARCO LEGAL ANTITERRORISMO E O PROCESSO DE REDEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRO

Próximo à realização da Copa do Mundo, ainda resta incerta a aprovação de Projeto de Lei destinado a tipificar, no ordenamento jurídico pátrio, o crime de terrorismo. A dúvida permeia os atuais debates, menos pela necessidade de criação do marco legal, mais pela forma como a figura penal foi apresentada e, especialmente, em momento aclamado como de verdadeira redemocratização do País. Como alertam os insignes articulistas, as manifestações que trouxeram a lume a proposta legislativa em destaque não podem ser confundidas com atos de terrorismo, nem tolhida a liberdade de manifestação constitucionalmente assegurada, contudo, o vácuo legislativo existente não deve persistir. Ponderação e bom senso são imprescindíveis ao legislador, neste momento.

O BRASIL PRECISA DE UM MARCO LEGAL ANTITERRORISMO

Romero Jucá

TERRORISMO E MANIFESTAÇÕES NÃO SE CONFUNDEM

Humberto Costa

TIPIFICAÇÃO DO TERRORISMO E O PLS Nº 499/2013 • OPORTUNISMO LEGISLATIVO NA CONTRAMÃO DO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO BRASILEIRO

Bruno Shimizu e Patrick Cacicedo

A CRIAÇÃO DO TERRORISMO NO BRASIL

Cleber Lopes

ANOTAÇÕES SOBRE O INSTITUTO DO TERRORISMO

Martim de Almeida Sampaio

“O Estado optou pela contenção das vozes das ruas, durante a Copa do Mundo de 2014, com a tentativa de introdução de instrumento normativo de vocação autoritária. Os tipos penais transitórios e territoriais da Lei Geral da Copa, cujo objetivo é proteger o patrimônio da FIFA, não foram o bastante para calar os anseios daqueles que desejam manifestar sua insatisfação sobre o evento e a realidade nacional.”

Com a Palavra...

Mário Roberto Hirschheimer

“A ortotanásia permite à pessoa que já entrou na fase final de sua doença, e àqueles que a cercam, enfrentar seu destino com serenidade, pois nesta perspectiva, a morte não é uma doença a prevenir, mas algo que faz parte da vida. Uma vez aceito este fato, abre-se a possibilidade de trabalhar a distinção entre cuidar e curar, entre manter a vida, enquanto isso for adequado, e permitir que a pessoa morra quando sua hora chegar.”

Entrevista

LIBERDADE RELIGIOSA É BENÉFICA PARA OS NEGÓCIOS

Brian J. Grim

Crítica & Autocrítica

O PROBLEMA DE WEBER • PROTESTANTISMO E CAPITALISMO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel do Leitor

TRATADO DE COOPERAÇÃO JUDICIAL BRASIL-CHINA E A PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO JUDICIAL POR PESSOAS JURÍDICAS CHINESAS

Eduardo de Góes

Propostas e Projetos

MARKETING MULTINÍVEL NO BRASIL

Ana Paula Oriola de Raeffray

Painel Econômico

O USO DE MOEDAS VIRTUAIS NO BRASIL

Walter Stuber

Direito Marítimo

ÁGUA DE LASTRO • POLUIÇÃO MARINHA QUE COMPROMETE A SUSTENTABILIDADE DO ECOSSISTEMA AQUÁTICO NACIONAL

Lívia de Jesus Oliveira Milhomem

Destaque

POSSÍVEL INVASÃO RUSSA À UCRÂNIA E O DIREITO INTERNACIONAL

Daniel Moura Borges

Enfoque

DIREITO, LITERATURA E CIDADANIA

Marcelo Marzochi

Conjuntura

A (I)LEGALIDADE DA COBRANÇA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE JUROS MORATÓRIOS RECEBIDOS EM JUIZO

Ana Carla Vaz Porto

Observatório Jurídico

AS PENALIDADES NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS

Alexandre Sion, Giovanni Peluci Paiva e Mariana de Souza Galan

Contexto

CORRUPÇÃO DE MENORES E O CRIME FORMAL • UMA INTERPRETAÇÃO À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSAGRADOS NO ECA

Mirena Oliveira Ferreira Lins

Tendências

O MODELO BRASILEIRO DE TELECOMUNICAÇÕES TEMPO DE MUDANÇAS

Antonio Ribeiro dos Santos e Nelson Takayanagi

Portal Jurídico

HATE SPEECH HOMOFÓBICO EM LIVROS DIDÁTICOS RELIGIOSOS

Isan Almeida Lima

In Voga

O ACÚMULO DE AÇÕES TRABALHISTAS

José Pastore e José Eduardo G. Pastore

Doutrina

O DIES AD QUEM DO PRAZO PRESCRICIONAL NAS EXECUÇÕES FISCAIS AJUIZADAS DEPOIS DA EDIÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 118/05 • EQUÍVOCO INTERPRETATIVO DO COLENO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Alexandre Venturini

Ponto de Vista

A IMPORTÂNCIA DO EMPRESÁRIO BRASILEIRO

José Carlos Sousa Silva

Matérias de capa....

MUNICIPALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA • UMA QUESTÃO DELICADA
Gustavo Russignoli Bugalho

POLÍTICAS MUNICIPAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA OU POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA?
Benevides Fernandes Neto

A NECESSIDADE DA MUNICIPALIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Luiz Vecchi

QUE PREJUÍZO A SOCIEDADE TERIA SE OS GUARDAS MUNICIPAIS EXERCESSEM O PODER DE POLÍCIA?
Valdinar Monteiro de Souza

GUARDAS MUNICIPAIS E O PODER DE POLÍCIA
Marcelo Alves Batista dos Santos

Com a Palavra...

Gláucio Soares

“O abuso acaba, mas as consequências permanecem. A prisão de um estuprador de menores causa, em muitos, uma sensação de justiça. Um alívio, porque, pelo menos durante um tempo, aquele pedófilo não causará danos a outras crianças. E encerram a conta. Não deveriam. A vitimização não é um ato, é um processo. A vitimização continua.”

Entrevista

AS FRONTEIRAS JURÍDICAS E BUROCRÁTICAS ENTRE BRASIL E GUIANA FRANCESAS
Ana Lélia Benincá Beltrame

Crítica & Autocrítica

DIREITO E ECONOMIA

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Propostas e Projetos

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 265/13 • BREVES CONSIDERAÇÕES
Deivison Roosevelt do Couto

Painel Econômico

O QUE EXPLICA A ACOMODAÇÃO E A INÉRCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL?
José Matias-Pereira

Painel do Leitor

15 ANOS DO RESSARCIMENTO AO SUS • UMA RELEXÃO SOBRE A LEI Nº 9.656/98
Daniela Xavier Artico de Castro

Tribuna Jurídica

OS TRÊS UNIVERSOS DA LIBERDADE NA EVOLUÇÃO DO ESTADO
Paulo Bonavides

Ciência Jurídica em Foco

EMBARGOS INFRINGENTES NA AÇÃO PENAL Nº 470-MG E O PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA
Evaldo de Souza da Silva

Direito e Bioética

ABANDONO AFETIVO DOS PAIS IDOSOS E A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS FILHOS
Nathália Pessini Cossi e Tereza Rodrigues Vieira

Destaque

A LEI Nº 12.846/13 E A PRIVATIZAÇÃO DO COMBATE À CORRUPÇÃO

Francisco Monteiro Rocha Jr.

Enfoque

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL • UM FAZ DE CONTA À BRASILEIRA

João Gaspar Rodrigues

Contexto

A NOVA GESTÃO NO DESPORTO NO BRASIL

Fábricio Trindade de Sousa

Observatório Jurídico

STJ E A PENSÃO POR MORTE DO MENOR SOB GUARDA • PROTEÇÃO OU RESTRIÇÃO SOCIAL?

Sérgio Henrique Salvador

In Voga

O NEOESCRAVAGISMO CUBANO

Ives Gandra da Silva Martins

Portal Jurídico

LIVRE-INICIATIVA X SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Helmo FreitasConjuntura

A REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA TRIBUTÁRIA

Alan Luiz Bonat

Tendências

LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NA JUSTIÇA TRABALHISTA INIBE AVENTURAS JURÍDICAS

José Daniel Gatti Vergna e Rodrigo Milano Alberto

Doutrina

NOTAS SOBRE A RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS

Julio Pinheiro Faro

Ponto de Vista

A LIBERDADE DE IMPRENSA É ABSOLUTA?

Wagner Rubinelli

Materias de Capa...

PEDRINHAS • UM DESASTRE ANUNCIADO

Mais uma vez, estão sob os holofotes da mídia e o julgamento de toda a sociedade os sistemas penal e prisional brasileiros. A violência que, recentemente, tomou o Estado do Maranhão e colocou em xeque a realidade dos presidiários de Pedrinhas, para alguns articulistas um verdadeiro desastre anunciado, faz refletir sobre as deficiências do sistema carcerário brasileiro. Nesse contexto, direitos humanos são violados, o papel ressocializador da pena é questionado, a execução penal enseja mudanças, a falta de segurança nos estabelecimentos prisionais é evidenciada, a superlotação carcerária revela-se crônica. Resta o alerta: se nada mudar, é possível que tragédias como a de Pedrinhas continuem ocorrendo...

CRÔNICA DE UM DESASTRE ANUNCIADO

Euro Bento Maciel Filho

A QUEDA DA BASTILHA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Antônio Cláudio Mariz de Oliveira

PELA RECONSTRUÇÃO CONSTITUCIONAL DO SISTEMA PENAL BRASILEIRO

Liliane Coelho da Silva

VIOLÊNCIA E O SISTEMA PRISIONAL

Luiz Flávio Filizzola D'Urso

É HORA DE MUDAR

Ana Rita

PEDRINHAS É LOGO ALI...

Robson Sávio Reis Souza

“É QUE EU VI MUITA COISA LÁ DENTRO, E MINHA CABEÇA FICOU RUIM”

Rafael Custódio

CONSIDERAÇÕES PARA SUPERAÇÃO DA CRISE PENITENCIÁRIA NO MARANHÃO

José de Jesus Filho e Sylvia Dias

COM A PALAVRA...

Arnaldo Rizzato Filho

“São diversos os negócios, civis ou comerciais, em que as partes estão em pé de igualdade, mas em que, mesmo assim, existe uma responsabilidade primária, ínsita à natureza humana, que pode ser considerada um próprio dever de conduta reta, e que, recentemente, tomou parte em nossa legislação por meio dos institutos denominados probidade e boa-fé contratuais.”

Entrevista

TEORIA DAS ELITES, O DIREITO E A DEMOCRACIA BRASILEIRA • O RISCO DO EFEITO MEDUSA

Maurilio Casas Maia

Crítica & Autocrítica

ANARQUISMO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel do Leitor

TOCQUEVILLE • O PROFETA DA DEMOCRACIA MODERNA

Alcides Leite

Propostas e Projetos

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS • A COMPENSAÇÃO NO CASO DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA NO NOVO CPC

Kélen Simone Moleta de Melo de Paula

Direito e Bioética

REPRODUÇÃO ASSISTIDA PARA CASAIS HOMOAFETIVOS

Tereza Rodrigues Vieira e Claudinéia Aparecida Miranda

Painel Econômico
FUNDOS SOBERANOS
Jairo Saddi

Destaque
O PARAÍSO PODE SER PERDIDO
Paulo Paiva

Tendências
RESOLUÇÃO TSE Nº 23.396/13 E A LIMITAÇÃO DO PODER INVESTIGATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Eudes Quintino de Oliveira Júnior

Enfoque
30 ANOS DAS “DIRETAS JÁ!”
Palhares Moreira Reis

In Voga
O SUPREMO ENTRE O POLÍTICO E O JURÍDICO
Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr.

Portal Jurídico
AVERBAÇÃO DA RESERVA LEGAL NO NOVO CÓDIGO FLORESTAL
Camila Gessner, Anissa Vieira e Mariane Schappo

Conjuntura
A ISENÇÃO DO ISS PARA OS ADVOGADOS AUTÔNOMOS
Joaquim de Campos Martins

Observatório Jurídico
PRISÃO PROVISÓRIA NA LEGISLAÇÃO PROCESSUAL PENAL MILITAR • UMA VISÃO CRÍTICA
Luciano Moreira Gorrilhas

Contexto
MULHERES NA POLÍTICA
Luiza Nagib Eluf

Direito Empresarial
A LISTA DOS CREDORES NA FALÊNCIA
Alexandre Fernandes Dantas e Marcelo Barbosa Viana Shad

Doutrina
ART. 63 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL • UM CASO DE NOMEAÇÃO À AUTORIA OU DE CHAMAMENTO AO PROCESSO?
Ranieri de Andrade Lima Santos

Ponto de Vista
AS DIVERSAS VERTENTES DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS
Daniel Moura Borges

Matérias de Capa ...

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO • TRANSIÇÃO SEGURA SUSCITA CRÍTICAS

Em plena sociedade da informação, a implantação e desenvolvimento do PJe revela-se importante avanço tecnológico no Judiciário brasileiro. Nada obstante, a transição segura do papel para o meio informatizado enseja o debate acerca dos entraves que têm sido vislumbrados para o sucesso deste processo, o que se afigura questão relativa à própria segurança jurídica e merece máxima atenção dos profissionais do Direito. Por outro lado, o alerta para que é chegada a hora da mudança e os benefícios do PJe para toda a sociedade e um Judiciário mais eficiente não deve ser ignorado. Afinal, alertam os doutos articulistas, como em toda perspectiva de mudança, os prós e os contras devem ser sopesados para avaliar-se a possibilidade de uma transição segura nos Tribunais de todo o País.

TRANSIÇÃO SEGURA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO • É POSSÍVEL?

Aldemario Araujo Castro e Luiz Cláudio Allemand

O PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NA VISÃO DA ADVOCACIA

Marcelo Knopfelmacher

TRANSIÇÃO SEGURA DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Elizete Ap. Oliveira Scatigna

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO • MODUS OMNIBUS IN REBUS

Almir Pazzianotto Pinto

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO E A PERSPECTIVA DE UMA JUSTIÇA MAIS EFETIVA

Gustavo Beghelli Fonseca

COM A PALAVRA...

Maria Valéria Mielotti Carafizi

“Fácil observar que, se tivesse cunho sociopolítico, o ‘rolezinho’, que mais parece apenas querer chocar, provocar e tumultuar, certamente não ocorreria em shoppings, templos do consumismo e do luxo, mas ocorreria em espaços públicos destinados a fins sociais, os quais podem, simplesmente, ser a rua de uma pequena cidade ou o campinho de futebol de uma das tão numerosas favelas deste Brasil.”

Entrevista

PROVAS E CONCURSOS PÚBLICOS • O CAMINHO ATÉ O SUCESSO

William Douglas

Crítica & Autocrítica

SUPERAÇÃO DA DUALIDADE POSITIVISMO-DIREITO NATURAL

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel do Leitor

ASPECTOS JURÍDICOS DO TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL • MECANISMOS PRESENTES E FUTUROS

Maristella Franco Marques de Carvalho

Painel Econômico

RECUPERAÇÃO DA COMPETITIVIDADE EXIGE OUSADIA RESPONSÁVEL EM 2014

José Ricardo Roriz Coelho

Propostas e Projetos

2014 O ANO DA PRIVACIDADE NO BRASIL

Gustavo Artese

Como Decidem os Tribunais

USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE • UMA QUESTÃO INTERNACIONAL E INTERGERACIONAL

Desembargador Federal Souza Prudente

Ciência Jurídica em Foco

O PENSAMENTO TRADICIONAL DO PODER CONSTITUINTE NO BRASIL

Gustavo Teixeira Gonçalves Branco

Direito e Bioética

GESTAÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO

Eudes Quintino de Oliveira Júnior

serão transferidos."

Destaque

OS FRUTOS DA CONVERGÊNCIA BRASILEIRA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Eduardo R. Pesserl

Observatório Jurídico

AS FORÇAS ARMADAS E O PAPEL DE DEFENSORA DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

João Gaspar Rodrigues

Enfoque

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL DE ATOS PROCESSUAIS PENAS • BREVES NOTAS

Reinaldo Daniel Moreira

Conjuntura

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 75/13 • CAOS NO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Antônio José Maristrello Porto e Melina Rocha Lukic

Contexto

LEI N° 12.846/13 AVANÇO E LACUNAS NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Rosane Menezes Lohbauer e Rodrigo Sarmento Barata

In Voga

O “ROLEZINHO” DA FIFA NO PAÍS DE PEDRINHAS EM ESTADO DE EXCEÇÃO PERMANENTE

Jorge Luiz Souto Maior

Portal Jurídico

A PALAVRA CANDIDATURA E A CONTRASTANTE REALIDADE DA VIVÊNCIA POLÍTICA

Edvaldo Pereira de Moura

Doutrina

CALL E PUT NA ROTINA DOS NEGÓCIOS

Renato Ourives Neves

Ponto de Vista

RECURSOS PÚBLICOS E A COPA DO MUNDO

Ruy Martins Altenfelder Silva

Revista Jurídica Consulex, nº 408, 15 jan. 2014

Matérias de Capa ...

VIOLÊNCIA E RACISMO INSTITUCIONAL • NÚMEROS ENVERGONHAM O BRASIL

A COR FAZ DIFERENÇA

Marcelo Chalréo

RACISMO E DESIGUALDADE CONTRA NEGROS • O FIO CONDUTOR

José Vicente

POR UMA JUVENTUDE NEGRA VIVA • SEM RACISMO E VIOLÊNCIA

Carlos Alberto Silva Junior

VIOLÊNCIA E RACISMO INSTITUCIONAIS

Frei David Santos e William Douglas

VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS NEGROS NO BRASIL

Paulo Paim

JOVEM. NEGRO. BAIXA ESCOLARIDADE E RENDA. O PERFIL DA MORTE ANUNCIADA DA JUVENTUDE NEGRA BRASILEIRA

Lídice da Mata

VIOLÊNCIA E RACISMO INSTITUCIONAL

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira, Almir de Oliveira Junior, Rodrigo Leandro de Moura e Verônica Couto de Araújo Lima

VIOLÊNCIA E JUVENTUDE

João Ribas

COM A PALAVRA...

Ives Gandra da Silva Martins

“Quando um criminoso já cumpriu o prazo de sua pena e tem direito à liberdade, mas o Estado o mantém encarcerado, torna-se o ente estatal um delinquente como qualquer facínora. Todo condenado deve cumprir sua pena, mas nunca além daquela para a qual foi condenado. Se o Estado o mantém no cárcere além do prazo, torna-se responsável e deve ser punido por seu ato.”

Entrevista

INCLUSÃO SOCIAL • UM DEBATE VITAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Roberto Wanderley Nogueira

Crítica & Autocrítica

DIREITO E LEI PÓS-MODERNOS

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

A ECONOMIA BRASILEIRA ESTÁ DIANTE DE UMA “GUERRA PSICOLÓGICA”?

José Matias-Pereira

Painel do Leitor

ABORTO E CULTURA

Amadeu Garrido de Paula

Propostas e Projetos

PEC DOS RECURSOS • UM ATENTADO ÀS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

Euro Bento Maciel Filho

Destaque

OS DIREITOS HUMANOS EM FACE DAS RUPTURAS DA GLOBALIZAÇÃO

Rosalice Fidalgo Pinheiro

Tendências

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A DIFERENÇA DE CLASSE SEM ÔNUS PARA O SUS

Maurilio Casas Maia

Enfoque

A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA CATÓLICA

Alcides Leite

In Voga

**APLICATIVO LULU • A RESPONSABILIDADE DA EMPRESA DESENVOLVEDORA PELAS
“AVALIAÇÕES” FEITAS PELAS USUÁRIAS**

Demócrito Reinaldo Filho

política de transferência de dados pessoais.”

Portal Jurídico

VIOLÊNCIA

Celso Lafer

Conjuntura

CONVERGÊNCIA CONTÁBIL • ESSA INDECIFRÁVEL ESFINGE

David Gonçalves De Andrade Silva

Observatório Jurídico

CONTRATOS DE TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E O CADE

José Inácio Gonzaga Franceschini

Contexto

A REDUÇÃO DA MAIORIDADE SOB A ÓTICA DA CRISE NO SISTEMA PENAL

Mariana Moura Rocha

Doutrina

**CRIME MILITAR DE DESERÇÃO • CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO E O STATUS DE MILITAR
DO AGENTE COMO CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE E PROSSEGUIMENTO DO FEITO**

Jorge Cesar de Assis

Ponto de Vista

O COMPROMISSO DA TESTEMUNHA

Hildebrando Diniz Araújo

Edição Especial - OS NOVOS CÓDIGOS BRASILEIROS

NOVOS CÓDIGOS • EXPERIÊNCIA COM O DESTINO HUMANO
Gilmar Ferreira Mendes

HÁ NECESSIDADE DE UM NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL?
Benedito Cerezzo Pereira Filho

VOTAR O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL • UM IMPERATIVO ÉTICO
Fabio Trad

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL • AVANÇO OU RETROCESSO?
Giovani Duarte Oliveira

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL • ORIENTAÇÃO POLÍTICA E DOUTRINÁRIA
Ives Gandra da Silva Martins e Milton Paulo de Carvalho

ANIMAIS NÃO HUMANOS • A LEI SE LEMBRARÁ?
Tereza Rodrigues Vieira e Camilo Henrique Silva

A IMPORTÂNCIA DOS CÓDIGOS E O CÓDIGO CIVIL DE 2002
Ronaldo Rebello de Britto Poletti

ESTATUTO DAS FAMÍLIAS • UMA NOVA LEI PARA UMA NOVA REALIDADE
Maria Berenice Dias

PRECISAMOS DE UM NOVO CÓDIGO PENAL?
Rogério Greco

O PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO PENAL
René Ariel Dotti

A LEGALIZAÇÃO INSIDIOSA DO ABORTO NO PLS Nº 236/12 • O NOVO CÓDIGO PENAL
Eduardo Luiz Santos Cabette

O ACORDO DE VONTADES NO PROCESSO CRIMINAL DO BRASIL E DOS ESTADOS UNIDOS
Luciene Angélica Mendes

REFORMA PENAL FASCISTA IMPLODIRÁ PRESÍDIOS
Luiz Flávio Gomes

A REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL
Fábio Ulhoa Coelho

IMPASSES HISTÓRICOS ENTRE COMÉRCIO E EMPRESAS NOS CÓDIGOS BRASILEIROS
Jayme Petra de Mello Neto

A NECESSÁRIA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO DE MINERAÇÃO
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

COM A PALAVRA...
João Baptista Herkenhoff

Entrevista
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL EM FOCO
Leonardo Carneiro da Cunha

Revista Jurídica Consulex, nº 406, 15 dez. 2013

Matérias de Capa...

DEPOIMENTO DE CRIANÇAS

ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS • COMO PROTEGER AS VÍTIMAS E PRESERVAR A PROVA?
Osnilda Pisa

DEPOIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Daniela Chammas

DEPOIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES • É NECESSÁRIO REPENSAR O MODELO BRASILEIRO DE OITIVA

Ricardo Cunha Chimenti, Benedito Eugênio de Almeida Siciliano e Thaysa Lizita Lobo Silveira

O VALOR PROCESSUAL DO DEPOIMENTO (TESTEMUNHAL OU VITIMÁRIO) INFANTIL

Ney Fayet Júnior

CONFISSÃO DAS CRIANÇAS • O QUE A ANTIGA PASTORAL CRISTÃ PODE ENSINAR A JUÍZES, PSICÓLOGOS E ASSISTENTES SOCIAIS?

Esther Maria M. Arantes

COM A PALAVRA...

Roberto Delmanto

Entrevista

SECRETARIA DE REFORMA DO JUDICIÁRIO • POR UMA JUSTIÇA MAIS CÉLERE E DEMOCRÁTICA
Flávio Crocce Caetano

Crítica & Autocrítica

O DIREITO LIVRE DO ESTADO E DO DINHEIRO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

UM CENÁRIO SOMBRO para a ECONOMIA BRASILEIRA EM 2014

José Matias-Pereira

Direito Internacional

OMC E PROTEÇÃO AMBIENTAL

Eduardo Felipe P. Matias

Painel do Leitor

O ÓBVIOS NA ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEIS

Renato Berger

Propostas e Projetos

ALTERAÇÃO NA LEI DE FRANQUIAS

Marcelo Miranda Piffer

Direito e Bioética

DIREITO À IDENTIDADE GENÉTICA E DIREITO À INTIMIDADE DO DOADOR NA REPRODUÇÃO ASSISTIDA • RELEITURA CONSTITUCIONAL

Tiago Vieira Bomtempo

Ciência Jurídica em Foco

TRIBUTAÇÃO E ECONOMIA NA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE DE 1987/1988

Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch e Gustavo Teixeira Gonçalves Branco

Destaque

O BARATO SAI CARO

Roberto Abdennur

Observatório Jurídico
REFÚGIOS E REFUGIADOS CLIMÁTICOS
Georgenor de Sousa Franco Filho

Contexto

PLANO NACIONAL DE CONTINGÊNCIA • EDIÇÃO COM 15 ANOS DE ATRASO E LACUNAS
Luciana Vianna Pereira e Isabella Genú Faria

Tendências

O DILEMA DA RECLAMAÇÃO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Flávio Cordeiro Antony Filho

Enfoque

APOSENTADORIA DE AGENTE POLÍTICO JUNTO AO INSS • QUESTÕES PRÁTICAS
Jonas Patrezzy Camargos Pereira

In Voga

A POLÍTICA NO TAPETÃO
Eneida Desiree Salgado

Portal Jurídico

PRAZO DE SUSPENSÃO DA PRESCRIÇÃO E DE TODAS AS AÇÕES E EXECUÇÕES CONTRA O DEVEDOR, APÓS O DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DA EMPRESA EM CRISE

João Rafael Furtado

Conjuntura

“NOVO” MANUAL DE INSTRUÇÕES AO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO • UM VERDADEIRO AR CABOUÇO JURÍDICO

José Osvaldo Bozzo

Doutrina

DA POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DE USUCAPIÃO NA VIGÊNCIA DE HIPOTECA
Larissa Friedrich Reinert

Ponto de Vista

AS METAS E A VIDA

Marta Leiria Leal Pacheco

Revista Jurídica Consulex, nº 405, 1 dez. 2013

Matérias de Capa

DELITOS NA WEB • Á ESPERA DO MARCO CIVIL DA INTERNET

O IMPACTO DA INFORMÁTICA NA SOCIEDADE E O DIREITO NO BRASIL

Tania Maria Cardoso Silva Amâncio

AS TRANCAS DA LEI DA INTERNET

Gustavo Artese

DELITOS CIBERNÉTICOS • IMPLICAÇÕES DA LEI Nº 12.737/12

Wanderlei José dos Reis

OS CRIMES INFORMÁTICOS NA INTERNET PROFUNDA OU DEEP WEB

Manuel Martin Pino Estrada

Com a Palavra...

José Nantala Bádue Freire

Entrevista

O MODERNO DIREITO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Eduardo Marcial Ferreira Jardim

Crítica & Autocrítica

SOLUÇÃO DOS CONFLITOS SEM ESTADO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel do Leitor

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E A ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL DE PRESERVAR A JUSTIÇA

Allan Titonelli Nunes

Direito e Bioética

A TITULARIDADE DO PATRIMÔNIO GENÉTICO • BEM DA UNIÃO X BEM DE INTERESSE PÚBLICO

Lídia Miranda de Lima

Propostas e Projetos

DO VETO INTEGRAL AO PROJETO DE CRIAÇÃO DE NOVOS MUNICÍPIOS

José Matias-Pereira

Como Decidem os Tribunais

UHE TELES PIRES. AUSÊNCIA DE ESTUDO DO COMPONENTE INDÍGENA. AGRESSÃO AOS

PRINCÍPIOS DE ORDEM PÚBLICA DA IMPESSOALIDADE E DA MORALIDADE AMBIENTAL

Desembargador Federal Souza Prudente

Painel Econômico

2014 • HOMEOSTASE COM RISCOS

Paulo R. Haddad

Destaque

CIÊNCIA COM ÉTICA

Ruy Martins Altenfelder Silva

Contexto

MENOS ESCOLAS, MAIS PRESÍDIOS NO BRASIL

Luiz Flávio Gomes

Tendências

O INTERROGATÓRIO DO CORRÉU E OS JUÍZOS SOLIPSISTAS

Cláudia Aguiar S. Britto

Observatório Jurídico

O AFASTAMENTO CAUTELAR DO AGENTE PÚBLICO ÍMPROBO SOB NOVO PANORAMA

Altecir Bertuol Junior

Portal Jurídico

SUICÍDIO DE PRESO • CRÍTICAS À RESPONSABILIZAÇÃO CIVIL DO ESTADO

Wechsley dos Santos Pinheiro

In Voga

LEX TERTIA • CRIAÇÃO DE UMA TERCEIRA NORMA OU INTERPRETAÇÃO JURISDICIONAL?

Vinicio Cottas Azevedo

Conjuntura

**OPERADORAS DE PLANOS DE SAÚDE • AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA E O VERDADEIRO
OBJETIVO DA LEI Nº 12.873/13**

Daniela Xavier Artico de Castro

Direito Empresarial

CRIMINAL COMPLIANCE • PREVENÇÃO É O MELHOR REMÉDIO

Carla Rahal Benedetti e Claudia Cristina Barrilari

Enfoque

**APOSENTADORIA ESPECIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA • AVANÇO NA PROTEÇÃO
PREVIDENCIÁRIA**

Theodoro Vicente Agostinho e Sérgio Henrique Salvador

Doutrina

ATIRADOR DO TIRO DE GUERRA • NATUREZA JURÍDICA E AS IMPLICAÇÕES DA FUNÇÃO

Jorge Cesar de Assis

Ponto de Vista

A DRAMATURGIA DAS CIÊNCIAS

Amadeu Garrido

Revista Jurídica Consulex, nº 404, 15 nov. 2013

Matérias de Capa

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO BRASIL • DA DESIGUALDADE DE GÊNERO AO FEMINICÍDIO
Leila Posenato Garcia

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Geraldo Ballone

FEMICÍDIO • VIOLENCIA EXTREMA CONTRA A MULHER
Adriana Ramos de Mello

LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS PARA O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO BRASIL
Jô Moraes

A VIRTUALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA MULHER
Mário Paiva

A SUPEREXPOSIÇÃO DA VIDA ÍNTIMA COMO FORMA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER
Alexandre Camanho de Assis

LEI MARIA DA PENHA • 7 ANOS DEPOIS
Euro Bento Maciel Filho

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER
Pedro Luiz Mello Lobato dos Santos

LEI MARIA DA PENHA • UM NOVO PARADIGMA
João Paulo Oliveira Dias de Carvalho

Entrevista
AS GRANDES QUESTÕES JURÍDICAS ENFRENTADAS NO LEGISLATIVO
Fábio Trad

Crítica & Autocrítica
O PROBLEMA DA SOBERANIA
Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico
NOVOS MUNICÍPIOS NO BRASIL • ASPECTOS NORMATIVOS E O IMPACTO NAS FINANÇAS PÚBLICAS
José Matias-Pereira

Ciência Jurídica em Foco
OS EMBARGOS INFRINGENTES DE JOSÉ DIRCEU NA AÇÃO PENAL Nº 470-MG
Gregório Magno Moura de Siqueira

Painel do Leitor
PLEBISCITO PARA REFORMA POLÍTICA • REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO COMO PILAR DAS REFORMAS E O GARANTISMO CONSTITUCIONAL
Cármine Antônio Savino Filho

Propostas e Projetos
PROJETO DE LEI Nº 6.371/13 E O MOMENTO DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA
André Luís de Paula

Direito Internacional
POLÍTICAS CLIMÁTICAS E LIVRE COMÉRCIO
Eduardo Felipe P. Matias

Destaque
PARTIDOS EM DEMASIA
Rogério Medeiros Garcia de Lima

Observatório Jurídico
SISTEMA PENAL E (IN)SEGURANÇA PÚBLICA • DADOS CARCERÁRIOS E CONSIDERAÇÕES SOBRE POLÍTICA CRIMINAL
Henrique da Rosa Saibro

Contexto
O MITO DA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA NO BRASIL
Eduardo Luiz Santos Cabette

Enfoque
MAIS UMA POLÊMICA ESTADO VERSUS RELIGIÃO

Jackelline Fraga Pessanha e Marcelo Sant'Anna Vieira Gomes

Portal Jurídico

PATERNIDADE SOCIOAFETIVA • DA NECESSIDADE DE AÇÃO ESPECÍFICA PARA DESCONSTITUIR A RELAÇÃO SOCIOAFETIVA

Ranieri de Andrade Lima Santos

In Voga

AUTO DE RESISTÊNCIA E VIOLÊNCIA ESTATAL • UMA (RE)LEITURA E UM SINAL DE ALERTA

João Francisco da Mota Junior

Conjuntura

GUERRA FISCAL • ARBITRARIEDADE DOS FISCOS ESTADUAIS NA EXIGÊNCIA DO ICMS NAS VENDAS INTERESTADUAIS

Enos da Silva Alves

Tendências

FACEBOOK • AS “HISTÓRIAS PATROCINADAS” E OS LIMITES DA UTILIZAÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO MARKETING ON-LINE

Demócrita Reinaldo Filho

Doutrina

A EXTENSÃO DO ART. 940 DO CÓDIGO CIVIL • ERROS INESCUSÁVEIS E DÍVIDAS INEXISTENTES

Hernani Zanin Junior e Rogério Donnini

Ponto de Vista

BIOGRAFIAS E A OFENSA AOS DIREITOS PERSONALÍSSIMOS

Arnaldo Rizzato Filho

Revista Jurídica Consulex, nº 403, 1nov. 2013

Matérias de Capa

FATOR PREVIDENCIÁRIO E DESAPOSENTAÇÃO EM DEBATE

DESAPOSENTAÇÃO E FATOR PREVIDENCIÁRIO • O AVANÇO E O RETROCESSO SOCIAL?

Theodoro Vicente Agostinho e Sérgio Henrique Salvador

FATOR PREVIDENCIÁRIO E DESAPOSENTAÇÃO

José Pinto da Mota Filho

O FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO E A DESAPOSENTAÇÃO • TEMAS PREVIDENCIÁRIOS EM DEBATE

Carlos Renato G. Domingos

FATOR PREVIDENCIÁRIO, DESAPOSENTADORIA...

Paulo Paim

O FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO E A DESAPOSENTAÇÃO • QUESTÕES PREVIDENCIÁRIAS EM PAUTA

Jane Lucia Wilhelm Berwanger

UMA HERANÇA PERVERSA DO NEOLIBERALISMO TUCANO

Adílson Araújo

FIM DO FATOR PREVIDENCIÁRIO • O TEMOR DO GOVERNO, A ESPERANÇA DOS APOSENTADOS

Roberto Santiago

A EXTINÇÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO

Odasir Piacini Neto

REFLEXOS DE UM MODELO PREVIDENCIÁRIO DOENTE

Fábio Zambitte Ibrahim

FALSAS PEQUENAS CAUSAS PREVIDENCIÁRIAS

José Jácomo Gimenes

Entrevista

UMA ADVOCACIA PÚBLICA FORTE PARA AS DEMANDAS DA SOCIEDADE

Rogério Filomeno Machado

Crítica & Autocrítica

“O PODER EM SUAS MÃOS”

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

CONCESSÕES • PROBLEMAS E SOLUÇÕES

Josef Barat

Painel do Leitor

LEI DISTRITAL Nº 5.180/13 • NOVAS REGRAS PARA O TRÁFEGO E UTILIZAÇÃO DE SIMULACROS DE ARMAS DE FOGO E ARMAS DE PRESSÃO

Jessé Leal Pereira

Propostas e Projetos

A ANALOGIA E A INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA NO DIREITO PENAL

Eudes Quintino de Oliveira Júnior e Antonelli Antonio Moreira Secanho

Destaque

SIRIA • UMA CRISE IMPOSTA PELO GOVERNO

Jorge Morteau

Observatório Jurídico

DIREITO DAS FAMÍLIAS

Ana Maria Gonçalves Louzada

Contexto

AS ELITES BRASILEIRAS E A SABOTAGEM POLÍTICA

João Gaspar Rodrigues

Portal Jurídico

DIREITOS SOCIAIS E RETROCESSO • O CASO DO ADICIONAL DE PERICULOSIDADE DOS TRABALHADORES DO SETOR ELÉTRICO

Douglas Alencar Rodrigues

Tendências

LIMITAÇÃO DO USO DO HABEAS CORPUS PELO STF • OFENSA AO PROCESSO PENAL GARANTISTA
Fabiano Pimentel

In Voga

LIBERDADE DE EXPRESSÃO E BIOGRAFIAS
Amadeu Garrido

Conjuntura

REFIS DA CRISE E OS NOVOS PROGRAMAS DE PARCELAMENTO
José Osvaldo Bozzo

Enfoque

ALÉM DO BEM E MAL
Antonio Carlos Aguiar

Doutrina

A IMPENHORABILIDADE MITIGADA DO SALÁRIO
Leonardo Buosi

Ponto de Vista

25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL • HÁ O QUE COMEMORAR?
Clémerson Merlin Clève

Revista Jurídica Consulex, nº 402, 15 out. 2013

Materias de Capa....

DIREITO DAS FAMÍLIAS

DIREITO DAS FAMÍLIAS ENTRE LIBERDADE E AFETIVIDADE NA EDIFICAÇÃO DA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA
Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk

FAMÍLIA, EXPRESSÃO DO AMOR!
Adalberto Vieira

AS NOVAS ESTRUTURAS PARENTAIS E CONJUGAIS
Rodrigo da Cunha Pereira

DIA NACIONAL DE VALORIZAÇÃO DA FAMÍLIA • A NECESSIDADE DE RECONHECER OS DIREITOS ORIUNDOS DA FAMÍLIA MOSAICA
Renata Malta Vilas-Bôas

GUARDA COMPARTILHADA, FILHOS MAIS FELIZES
Patrícia Garrote

O USO DA RELIGIÃO COMO FORMA DE FOMENTAR A ALIENAÇÃO PARENTAL
Cristian Fetter Mold

Com a palavra
Euro Bento Maciel Filho

Entrevista
MEIO AMBIENTE ESPACIAL • UM ENFOQUE JURÍDICO
Carla Fabiana Melo Martins

Crítica & Autocrítica
DESESTATIZAÇÃO DO DIREITO
Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico
GOVERNANÇA CORPORATIVA E REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES
José Carlos Mota Vergueiro e Michelle Rosa Ferreira

Propostas e Projetos
PEC Nº 457/05 • O JUDICIÁRIO DE BENGALAS
Maria Valéria Mielotti Carafizil

Direito Internacional
COMÉRCIO INTERNACIONAL E SUSTENTABILIDADE
Eduardo Felipe P. Matias

Ciência Jurídica em Foco
MEMÓRIAS DE FERNANDO HENRIQUE CARDOSO ACERCA DO PROCESSO CONSTITUINTE BRASILEIRO DE 1987-1988
Gilmar Ferreira Mendes e Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch

Painel do Leitor
PODER DISCIPLINAR MILITAR • “BOM CHEFE DE FAMÍLIA” E A INTERFERÊNCIA NA VIDA PRIVADA
Francisco Teógenes Freitas Hortêncio

Direito e Bioética
TRANSEXUAL MENOR DE IDADE E ADEQUAÇÃO DO NOME
Tereza Rodrigues Vieira

Destaque
O CONSELHO DO MINISTRO JOAQUIM BARBOSA
Joaquim Falcão

Revista Jurídica Consulex, nº 401, 1 out. 2013

Matérias de Capa

CONSTITUIÇÃO FEDERAL • 25 ANOS

AS BODAS DE PRATA DA CONSTITUIÇÃO DE 1988
Gilmar Ferreira Mendes

O IMPACTO DA CONSTITUIÇÃO DE 1988 NA REALIDADE BRASILEIRA
Soraya Lunardi e Dimitri Dimoulis

O MODELO DE EFETIVIDADE DOS DIREITOS INSTAURADO APÓS 25 ANOS
André Ramos Tavares

OS MOVIMENTOS DE JUNHO E JULHO DE 2013 • A NECESSIDADE DE REFORMA DO BRASIL OU ESPASMOS DE UMA AFLIÇÃO AINDA AGONIZANTE
Carlos Alberto Alves Ribeiro Filho e Julio Pinheiro Faro

O AVANÇO NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM 25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO DE 1988
Alexandre de Moraes

REFORMA POLÍTICA E REPRESENTAÇÃO POPULAR
Walber de Moura Agra

Com a palavra
Luis Wolf Trzcina

Entrevista
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL • O DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE HISTÓRICA
Henrique Neves Mariano

Crítica & Autocrítica

DESCONSTRUÇÃO NECESSÁRIA DO DIREITO
Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

CERTIFICADO DE OPERAÇÕES ESTRUTURADAS • NOVA MODALIDADE DE CAPTAÇÃO DE RECURSOS
Walter Douglas Stuber

Direito Marítimo

AS DECISÕES DO TRIBUNAL MARÍTIMO E O DISSÍDIO DOUTRINÁRIO
Carmen Lucia Sarmento Pimenta

Propostas e Projetos

INCISO I DO ART. 18 DO CÓDIGO PENAL E A GÊNESE DO DOLO EVENTUAL NO DIREITO BRASILEIRO
Antonio Sólon Rudá

Painel do Leitor

CARTA ABERTA EM DEFESA E PELA VALORIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
Marcella Peixoto Smith

Direito e Bioética

ADOÇÃO INTERNACIONAL • ASPECTOS JURÍDICOS E BIOÉTICOS
Eloah Peixoto Homem e Tereza Rodrigues Vieira

Destaque

A HISTÓRIA DE UM PODER PUSILÂNIME
Amadeu Garrido

Contexto

PARRICÍDIO
Daniela Chammas

Observatório Jurídico

LEILÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS • A RESPONSABILIDADE CIVIL DO LEILOEIRO
Rogério Donnini e Hernani Zanin Júnior

Portal Jurídico

INTERVENÇÃO JURÍDICA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS • UMA ANÁLISE À LUZ DA NOVA CONCEPÇÃO DE CIDADANIA E DO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL
Cristiane Peixoto Queiroga

In Voga

A LIÇÃO DO SUPREMO
Sergio Habib

Enfoque

O GPS E A PERSEGUIÇÃO VIRTUAL

Eudes Quintino de Oliveira Júnior e Pedro Bellentani Quintino de Oliveira

Conjuntura

SONEGAÇÃO • UM DESVIO A SER COMBATIDO

Allan Titonelli Nunes

Tendências

PROGRAMAS DE COMPUTADOR E AS DISCUSSÕES JUDICIAIS SOBRE O ACESSO IRRESTRITO A CÓDIGOS-FONTE E SENHAS

João Claudio Monteiro Marcondes

Doutrina

DA INEXISTÊNCIA DE DECADÊNCIA NO LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO

Pablo Enrique Carneiro Baldivieso

Ponto de Vista

A UNIÃO ENTRE OS POVOS DA AMÉRICA LATINA

José Carlos Sousa Silva

Revista Jurídica Consulex, nº 400, 15 set. 2013

Matérias de Capa

O POLÊMICO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

A POLÊMICA QUANTO À NECESSIDADE DE UM NOVO CÓDIGO COMERCIAL BRASILEIRO

Gustavo Teixeira Villatore

POR QUE UM NOVO CÓDIGO COMERCIAL?

Maria Eugênia Finkelstein

O ANTIPROJETO DE NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Erasmo Valladão Azevedo e Novaes França

A NACIONALIDADE DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA E A REVELAÇÃO DO QUADRO SOCIETÁRIO ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

Ilene Patrícia de Noronha Najarian

Com a palavra

Marcos Cintra

Entrevista

ENTRETENIMENTO E VIOLENCIA • UM MERGULHO NO MUNDO VIRTUAL

Ricardo Augusto Quaresma Chagas

Crítica & Autocrítica

LIMITES DA PROPAGANDA POLÍTICA

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Painel Econômico

QUANTO CUSTA UM CONGRESSO?

Carmen Tiburcio

Como Decidem os Tribunais

TRANSPORTE AÉREO COLETIVO E INTERESTADUAL DE PASSAGEIROS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E CARENTES. GRATUIDADE.

Desembargador Federal Souza Prudente

Propostas e Projetos

BARGANHA NO PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

Rafael Paula Parreira Costa

Painel do Leitor

ESTATUTO DA JUVENTUDE • ABSTRAÇÃO E GENERALIDADE X EFICÁCIA

Roberto Cajubá da Costa Britto

Direito e Bioética

DE QUEM SOU FILHO?

Maria Berenice Dias

ernidade."

Destaque

A ARBITRAGEM E O PODER JUDICIÁRIO

Luiz Edson Fachin

Observatório Jurídico

DIREITOS AUTORAIS NA ERA DIGITAL

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA LEI Nº 9.610/98 E FORMAS ALTERNATIVAS PARA A SUA HARMONIZAÇÃO COM O PROGRESSO TECNOLÓGICO

Itamar da Silva Santos Filho e Thomson Esmeraldo Albuquerque Beserra

Tendências

DONADON • SÍNTESE DO BRASIL QUE DEU ERRADO

Luiz Flávio Gomes

Direito Empresarial

RESPONSABILIZAÇÃO DE PESSOAS JURÍDICAS POR ATOS CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Arnaldo Rizzato Filho

Voga

STJ X TCU • A POLÊMICA SOBRE A EXTENSÃO DA SANÇÃO DO ART. 87, INCISO III, DA LEI Nº 8.666/93

Guilherme Carvalho e Sousa

Enfoque

CRÍTICA EXPLÍCITA DE SUBORDINADO MILITAR E A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Carina Barbosa Gouvêa

Contexto

Conjuntura

LEI N° 12.844/13 • BENEFÍCIO FISCAL PARA FIDCS PODE ALAVANCAR PROJETOS DE INFRAESTRUTURA
Byung Soo Hong, Gabriel Sollero Figueira e Gláucia Zucatelli

Portal Jurídico

DIREITO DE LIBERDADE

Amadeu Garrido

Doutrina

A TRIBUTAÇÃO NA ATIVIDADE DE VENDA DE LIVROS E REVISTAS

Marcelo de Luca Marzochi

Revista Jurídica Consulex, nº 399, 1 set. 2013

Matérias de Capa

PRÉ-SAL • DA CERTEZA DE RIQUEZA AOS RISCOS DA INCERTEZA
Renâ Margalho Silva

EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA ERA PRÉ-SAL
Bruno Barcellos Pereira e Ingrid Zanella Andrade Campos

DANO AMBIENTAL INTERNACIONAL DECORRENTE DE DERRAMAMENTO DE ÓLEO
Gabriele Ana Paula Danielli Schmitz

ATIVIDADE MARÍTIMA E PRÉ-SAL • DESAFIOS PARA O PODER JUDICIÁRIO
Osvaldo Agripino de Castro Junior e Silvano Denega Souza

NAVEGAÇÃO MARÍTIMA SUSTENTÁVEL
Marcelo Vanzella Sartori

MARINHA MERCANTE BRASILEIRA E A NAVEGAÇÃO MARÍTIMA SUSTENTÁVEL NA ERA PRÉ-SAL
Eliane M. Octaviano Martins

**TRANSPORTE MARÍTIMO INTERNACIONAL E A INDÚSTRIA SHIPPING
QUESTÕES ECONÔMICAS, AMBIENTAIS E DE REGULAÇÃO NA ERA PRÉ-SAL**
Mardônio da Silva Girão

Com a Palavra
Edson Luís Kossmann

Entrevista
EXECUÇÃO, PENHORA E INDISPONIBILIDADE DE BENS NO PROCESSO DO TRABALHO
Jorge Pinheiro Castelo

Crítica & Autocrítica
AS LIÇÕES DA RUA
Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Como Decidem os Tribunais
SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL. MODALIDADE PRÉ-PAGO. • PRAZO DE VALIDADE DOS CRÉDITOS ADQUIRIDOS. ABUSIVIDADE.
Desembargador Federal Souza Prudente

Propostas e Projetos
TUTELA DE EVIDÊNCIA NO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL
Flávio Cordeiro Antony Filho

Ciência Jurídica em Foco
A RELAÇÃO DO DIREITO COM A POLÍTICA E A OBRA DE PAUL LABAND
Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch e Felipe Fernandes de Carvalho

Painel do Leitor
LUIS ROBERTO BARROSO, O STF E ALGUMAS IDEIAS
Marcus Vinícius Martins Antunes

Painel Econômico
CORRUPÇÃO EM XEQUE
Roberto Abdennur

Destaque
NOVO CÓDIGO COMERCIAL BRASILEIRO • CHEGOU A HORA
Gustavo Teixeira Villatore

Observatório Jurídico
SILVICULTURA E A COBRANÇA INDEVIDA DE ISS
David Borges Isaac e Gabriela Ricarte Ferraro

Tendências
OBRIGAÇÕES DA SERASA
Gildásio Pedrosa de Lima

Enfoque
A RESOLUÇÃO Nº 175/13 DO CNJ E O POSITIVISMO BRASILEIRO
Julio Pinheiro Faro e Jackelline Fraga Pessanha

Contexto
HONORÁRIOS • UM DIREITO DO ADVOGADO, SEJA ELE PÚBLICO OU PRIVADO
Allan Titonelli Nunes, Luiz Otávio Pedrosa, José Edmundo Barros de Lacerda e Ingrid Caroline Cavalcante de Oliveira

In Voga
O QUE LEVA UM ADOLESCENTE A MATAR SUA FAMÍLIA E COMETER SUICÍCIO?
Luiz Flávio Gomes

Conjuntura
COMBUSTÍVEL BUNKER • GRANDES ENTRAVES NA CABOTAGEM BRASILEIRA SOB O ASPECTO TRIBUTÁRIO
Fernando Rodriguez, Francisco Sylas Machado Costa e Mateus Pratti Ferreira

Portal Jurídico
PRINCÍPIOS JURÍDICO-PENais LEGITIMADORES DA TEORIA DO DELITO PUNÍVEL
Paulo Vinícius Sporleder de Souza

Doutrina
VULNERABILIDADE E HIPOSSUFICIÊNCIA DO CONSUMIDOR • DISTINÇÕES SIGNIFICATIVAS
Isabella Cristina Ribeiro Pereira

Ponto de Vista
O DESAFIO DA PROVA TÉCNICA EM MEIOS ELETRÔNICOS
Cláudio S. de Lucena Neto

Revista Jurídica Consulex, nº 398, 15 ago. 2013

Matérias de Capa

ADVOCACIA PRO BONO E O AMPLO ACESSO À JUSTIÇA

Augusto de Arruda Botelho

LEVANDO O PRO BONO A SÉRIO

Flavia Regina de Souza Oliveira e Juliana Gomes Ramalho Monteiro

REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO PRO BONO DA OAB-SP • UM BOM COMEÇO...

Jefferson Aparecido Dias

O SIGNIFICADO DA ADVOCACIA PRO BONO

Paulo Afonso da Motta Ribeiro

ADVOCACIA PRO BONO PRECISA DE REGRAS NACIONAIS

Luiz Flávio Borges D'Urso

ADVOCACIA PRO BONO E A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA

Marcos Henrique Caetano do Nascimento

ADVOCACIA PRO BONO E ADVOCACY

Rubens Naves e Guilherme Amorim Campos da Silva

ADVOCACIA DE INTERESSE PÚBLICO E O INSTITUTO PRO BONO

Marcos Roberto Fuchs e Flávia Piovesan

COM A PALAVRA...

André Marques

Entrevista

REFORMA DA LEI DE EXECUÇÃO PENAL • NOVAS PERSPECTIVAS PARA O SISTEMA PENITENCIÁRIO

Sérgio Habib

Crítica & Autocrítica

O DIREITO LIVRE

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

Gestão de Escritório

SUA BANCA É UM ZUMBI, SOBREVIVENTE OU SUPER-HERÓI?

Rodrigo Bertozi e Lara Selem

Propostas e Projetos

O FIM DA INCOMUNICABILIDADE DOS JURADOS NO PL Nº 8.045/10

Wally Samya Nogueira Barros Noleto

Painel do Leitor

AUSÊNCIA DE LIDERANÇA ESTATAL LEGÍTIMA • NASCEDOURO DA INJUSTIÇA SOCIAL BRASILEIRA

Emerson Aguiar

Direito Internacional

A ONDA DE PROTESTOS E A NOVA DEMOCRACIA

Eduardo Felipe P. Matias

Painel Econômico

VOLUNTARISMO INCONSISTENTE

Paulo Roberto Haddad

Destaque

QUANTO MEDO O MEDO GERA?

Luiz Flávio Gomes

Observatório Jurídico

O FIM DA EMENDATÓ LIBELLI NO PROCESSO PENAL GARANTISTA

Fabiano Pimentel

Contexto

CERTEZA E VERDADE NO PROCESSO PENAL (MILITAR OU COMUM)

Luciano Moreira Gorrihas

In Voga

PRECATÓRIOS • APÓS DECISÃO DO STF HAVERÁ CALOTE OU PAGAMENTO?

Gustavo Carvalho Chehab

Conjuntura

DESCAMINHO • A CARACTERIZAÇÃO DO CRIME NA IMPORTAÇÃO

Leandro Consalter Kauche

Enfoque

LINCHAMENTO DE CRIMINOSOS • DURKHEIM EXPLICA

Líbero Penello de Carvalho Filho

Direito Empresarial

CISÃO DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA QUALIFICADA NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 • EQUÍVOCO LEGISLATIVO

Leonardo Honorato Costa

Portal Jurídico

OS BANCOS E O NOVO ART. 285 DO CPC

Aílton Soares de Oliveira

Tendências

A PETROBRAS TERCEIRIZADA

Almir Pazzianotto Pinto

Doutrina

PROGRESSÃO DE REGIME E O EXAME CRIMINOLÓGICO À LUZ DA SÚMULA VINCULANTE Nº 26 E DA SÚMULA STJ Nº 439

Helio Anjos Ortiz Neto e Irving Marc Shikasho Nagima

Ponto de Vista

NA TRILHA BOLIVARIANA

Ives Gandra da Silva Martins

Revista Jurídica Consulex, nº 397, 1 ago. 2013

Matérias de Capa

SAÚDE PÚBLICA • CRISE, REVOLTA E INCERTEZAS

UM OUTRO SUS PARA O “MAIS MÉDICOS”

Wanderley M. D. Fernandes

O TELHADO SEM PAREDES

Sandra Franco

CRISE NA SAÚDE • RESPONSABILIDADE DE TODOS

Lenir Santos

CRISE NA SAÚDE PÚBLICA

Ricardo C. V. Madeiro

O PROJETO DO GOVERNO DILMA CONTRA A ESPIONAGEM E OS MÉDICOS NO BRASIL

Eder Wilson Gomes

COM A PALAVRA...

Luiz Flávio Gomes

CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS • ASPECTOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Thiago Taborda Simões

A TEORIA DO DESENVOLVIMENTO • DIREITO E ECONOMIA

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

CONSTITUIÇÃO DE MUTAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS • UNIÃO HOMOAFETIVA E CASAMENTO CIVIL ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO

Cândido Furtado Maia Neto

PRESIDENCIALISMO • O FOCO HISTÓRICO DA CRISE

Memorável o discurso proferido na Ordem dos Advogados do Brasil, em 1º de julho de 2013, pelo eminentre constitucionalista, Prêmio Medalha Rui Barbosa da OAB (1996), Professor Paulo Bonavides, que desde muito tem dado assinalada contribuição às letras jurídicas do País.

NOVO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO • CHEGOU A HORA

Fabio Martins Di Jorge e Victor Penitente Trevizan

CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR FERNANDO LIMONGI PARA A ANÁLISE DO PROCESSO CONSTITUINTE BRASILEIRO DE 1987/1988

Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Lucas Faber de Almeida Rosa e Gustavo Teixeira Gonçalves Branco

PATRIMONIALISMO, CORRUPÇÃO E REFUNDAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

José Matias-Pereira

UNIÕES ESTÁVEIS, POLIGAMIA LEGALIZADA?

Manoel Falconery Rios Junior

ALFAIATARIA

Fausto Martin de Sanctis

REAJUSTES ABUSIVOS DOS PLANOS DE SAÚDE DOS IDOSOS • NECESSÁRIA APLICAÇÃO RETROATIVA DO ESTATUTO PROTETIVO DA CATEGORIA

Joseane Suzart Lopes da Silva

PROTAGONISMO JUDICIAL • COMO DISCRICIONARIEDADE NÃO COMBINA COM DEMOCRACIA

Francisco Rabelo Dourado de Andrade

CYBERCRIMES • O PERIGO E A CONCORRÊNCIA DESLEAL

Benny Spiewak

HEDONISMO E EUDEMÔNISMO COMO FATORES DE ALIENAÇÃO PARENTAL

Líbero Penello de Carvalho Filho

HIDROPIRATARIA NO RIO AMAZONAS • MITO OU REALIDADE?

Andreza Giani Valério e Fernanda Tenório Correa

ANTIRREGULAMENTAÇÃO DA CARTA

Roberto Wanderley Nogueira

O TRÁFICO DE DROGAS NA VISÃO DO STF

Analice da Silva

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS • INCIDÊNCIA SOBRE DETERMINADOS PLANOS DE STOCK OPTIONS É DECISÃO DO CARF

Fernando Vaisman e Homero dos Santos

SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO • O CORRETO MOMENTO PROCESSUAL DE SUA FORMALIZAÇÃO EM AUDIÊNCIA PELO JUIZ

Renato Marcão

REFORMA URGENTE ANTES QUE O (IM)PACIENTE MORRA

Edson Luis Kossmann

Revista Jurídica Consulex, nº 396, 15 jul. 2013

Matérias de capa...

O LEVANTE POPULAR DEMOCRÁTICO
Claudio Dell'Orto

O FANTASMA DO MEDO E OS CINCO PACTOS NACIONAIS PROPOSTOS PELO GOVERNO
Palhares Moreira Reis

MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E OS CINCO PACTOS NACIONAIS PROPOSTOS PELO GOVERNO • DESDOBRAMENTOS DEMOCRÁTICOS PARA O BRASIL
José Matias-Pereira

A PRIMAVERA BRASILEIRA E A VOLTA DOS ESTUDANTES PERNAMBUCANOS ÀS RUAS
Pedro Henrique B. Reynaldo Alves

A REVOLTA DO VINAGRE E A DEMOCRACIA BRASILEIRA • TRANSFORMAÇÕES DA POLÍTICA E NECESSIDADES INSTITUCIONAIS
Pablo Holmes

NOVAS PERSPECTIVAS PARA A REPRESENTAÇÃO POPULAR
Henrique Mariano

O PLEBISCITO DA PRESIDENTE DILMA
Almir Pazzianotto Pinto

UMA CONSTITUINTE PARCIAL, O JOIO E O TRIGO
Eder Wilson Gomes

É POSSÍVEL UMA NOVA REVISÃO CONSTITUCIONAL?
Júlia Godoy Simoni

COM A PALAVRA...
Amadeu Garrido

COMÉRCIO ELETRÔNICO E A DEFESA DO CONSUMIDOR NA EUROPA
Mário Frota

TEMAS NECESSÁRIOS PARA O DIREITO
Ronaldo Rebello de Britto Poletti

ACORDOS INTERNACIONAIS E COMPETITIVIDADE NACIONAL
Eduardo Felipe P. Matias

O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO SOBRE A PEC Nº 33/11?
Lirismar Campelo

A REVOLTA DOS CENTAVOS
Armando Castelar Pinheiro

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE • BREVES APONTAMENTOS
Ronaldo L. B. Segundo

DESENVOLVIMENTO E PAZ
Ruy Martins Altenfelder Silva

COTAS • A VISIBILIDADE DO NEGRO ATRAVÉS DA EDUCAÇÃO
Rogério Amador de Melo, Ivanete Aparecida da Silva Santos e Tereza Rodrigues Vieira

MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS NO BRASIL EM 2013 • INÍCIO DE UMA HOMOGENEIDADE E UM PARTISAN?
Natalia França Gonçalves

A EIRELI COMO HOLDING E A SAS
Emerson Drigo e Armando Luiz Rovai

TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL E O CASO DA SÍRIA • (IN)COMPETÊNCIA OU FALTA DE INTERESSE?
Rodrigo Cardoso Silva

TENTATIVA DE MUDANÇA NA TRIBUTAÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS • DURO GOLPE NA SEGURANÇA JURÍDICA
Aílton Soares de Oliveira

A CRISE DE CREDIBILIDADE DO CONGRESSO NACIONAL BRASILEIRO
João Gaspar Rodrigues

O DIREITO À CONVICÇÃO RELIGIOSA E O DIREITO À VIDA
Pedro Puttini Mendes

REGIMES PREVIDENCIÁRIOS EXTRAORDINÁRIOS • OFENSA À CONSTITUIÇÃO E À CIDADANIA
Luciano Marinho Filho e Fabiana de Andrade Lima

INTERROGATÓRIO POR CARTA PRECATÓRIA NO PROCESSO PENAL
André Bocuzzzi de Souza

COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO • PRIORIDADE MUNDIAL

Revista Jurídica Consulex, nº 395, 1 jul. 2013

Matérias de capa...

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO • EXECUÇÃO PENAL E A CULTURA DO ENCARCERAMENTO

EXECUÇÃO PENAL • DA CELA DE PEDRA AO BOM SENSO

Og Fernandes e Maria Thereza de Assis Moura

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO E A CULTURA DO ENCARCERAMENTO

Antonio Cláudio Mariz de Oliveira

SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

Luiz Flávio Borges D'Urso e Luiz Flávio Filizzola D'Urso

FALTA DE VAGAS NO REGIME SEMIABERTO X SISTEMA PROGRESSIVO DE PENAS

Euro Bento Maciel Filho

A POLÍTICA CRIMINAL E A VIABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DOS PRESÍDIOS PÚBLICOS POR EMPRESAS PRIVADAS • SERÁ ESTA A SOLUÇÃO PARA NOSSO SISTEMA PRISIONAL?

Vinicius Cottas Azevedo e Claudio Mikio Suzuki

EXILADO SIM, PRESO NÃO

Dexter Oitavo Anjo

COM A PALAVRA

Fernando Rizzolo

O PROJETO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL • ENCONTROS E DESENCONTROS LEGISLATIVOS

Ada Pellegrini Grinover

MARXISMO? AINDA?.

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

FORO PRIVILEGIADO

Amadeu Garrido

A VULNERABILIDADE DO IMIGRANTE • ASPECTOS BIOÉTICOS E JURÍDICOS

Nikita De Freitas e Tereza Rodrigues Vieira

ASSIMETRIA NO RETROCESSO ECONÔMICO

Paulo Roberto Haddad

FINANCIAMENTO PÚBLICO EXCLUSIVO D CAMPAHNA UMA CHANCE DE LIBERDADE

Guilherme Pessoa Franco de Camargo

O DISCURSO INAUGURA DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE E A CONSTITUIÇÃO 25 ANOS DEPOIS

Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch, Lucas Faber de Almeida Rosa e Gustavo Teixeira Gonçalves Branco

TERRAS INDÍGENAS • DEMARCAÇÃO JÁ!

Dalmo de Abreu Dallari

GUERRA FISCAL • POR QUE NÃO?

Jacques Veloso

CONGRESSO NACIONAL • A GENI DA POLÍTICA BRASILEIRA É DESCARTÁVEL?

Leandro Zannoni Apolinário de Alencar

TUTELA PROCESSUAL DOS INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS PELO MP

Fernanda Silva Costa

THREE STRIKES AND YOU ARE OUT • CALIFÓRNIA SUAVIZA SEU SISTEMA PUNITIVO

Luiz Flávio Gomes e Alice Bianchini

AUXÍLIO-RECLUSÃO PREVIDENCIÁRIO E O ANACRÔNICO CRITÉRIO DA BAIXA RENDA PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO

Sérgio Henrique Salvador e Welton Rodrigues dos Santos

REGIME JURÍDICO DAS GRANDES OBRAS

Arnoldo Wald

DIREITO PENAL DO INIMIGO • TOTALITARISMO, ELIMINAÇÃO E TORTURA

Eduardo Luiz Santos Cabette

ENERGIA ELÉTRICA • A LEGALIDADE DA SUSPENSÃO DO SERVIÇO AOS USUÁRIOS INADIMPLEMENTES

Mayara Rodrigues do Amaral Manoel

NOVO CÓDIGO FLORESTAL • LEI FEDERAL VERSUS LEI ESTADUAL E A INSEGURANÇA JURÍDICA

Bruno Campos Silva

Revista Jurídica Consulex, nº 394, 15 jun. 2013

Matérias de capa...

NOVA LEI GERAL DE SEGUROS • UM DEBATE SOBRE PRUDÊNCIA E NECESSIDADE
Evandro Cesar Alexandre dos Santos

A NOVA LEI GERAL DE SEGUROS
Armando Vergilio

LEI DE CONTRATO DE SEGURO • UMA LEI PARA TODOS
Ernesto Tzirulnik

CONTRATO DE SEGURO • NECESSIDADE IMPERIOSA DE REGRAS ESPECÍFICAS
Odair Roders

O PROJETO DE LEI Nº 3.555/04 ESTÁ EM XEQUE
Débora Schalch

SUBSTITUTIVO AO PL Nº 3.555/04, QUE PRETENDE SER A “NOVA LEI DO CONTRATO DE SEGURO NO BRASIL” • PONTO POSITIVO E PONTOS NEGATIVOS
Ricardo Bechara Santos

COM A PALAVRA...
Arnaldo Rizzardo Filho

PERDE A ADVOCACIA, GANHA O MAGISTÉRIO? O RETORNO À DOCÊNCIA E AOS LIVROS
Ary Oswaldo Mattos Filho

O HOMEM E O CONHECIMENTO JURÍDICO • HOMO COGNOSCENS. HOMO SAPIENS.
Ronaldo Rebello de Britto Poletti

O DIREITO DOS CONSUMIDORES AO JULGAMENTO DA ADI Nº 2.316-DF
Bruno Ponich Ruzon

TRANSAÇÕES DE PRÉ-PAGAMENTO DE EXPORTAÇÃO • NOVAS REGRAS NO BRASIL
Antonio C. Mazzuco, Jorge Khauaja e José Mauro Ramos Neto

PROJETO ANTI-HOMOFobia • AVANÇOS E RECUOS ATINENTES AO GARANTISMO PENAL INTEGRAL
Misael Neto Bispo da França

CADEIAS PRODUTIVAS GLOBAIS
Eduardo Felipe P. Matias

OS ROYALTIES, A CONSTITUIÇÃO E O SUPREMO
Sebastião Ventura Pereira da Paixão Jr

PRINCÍPIO DA NON REFORMATIO IN PEJUS E A APLICAÇÃO AO DIREITO TRIBUTÁRIO
Lourenço Presotto

O ABORTO E A MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA
Eudes Quintino de Oliveira Júnior e Pedro Bellentani Quintino de Oliveira

O MERCADO DE LUXO E AS NOVAS EXIGÊNCIAS DE INFORMAÇÕES AO COAF
Aílton Soares de Oliveira

A VERDADE SOBRE A PEC Nº 37/11 • A PEC DA LEGALIDADE
Luiz Flávio Borges D'Urso

O TERROR JURÍDICO-DITATORIAL DA SUSPENSÃO DE SEGURANÇA E A PROIBIÇÃO DO RETROCESSO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
Antônio Souza Prudente

AS CONTRADIÇÕES SOB A ORDEM ECONÔMICA INSTITuíDA PELA CF/88
José Mário Chaves

TRANSPARÊNCIA TRIBUTÁRIA • IMPRESSÕES SOBRE A LEI Nº 12.741/12
Thiana de Souza Cairo

DA IMPRESCRIBILIDADE DO HOMICÍDIO DOLOSO
Fabricio da Mata Corrêa

DESCONSIDERAÇÃO INVERSA DA PERSONALIDADE JURÍDICA
Gina Copola

MENSALÃO E EMBARGOS INFRINGENTES • O DIREITO AO MELHOR DIREITO
Luiz Flávio Gomes

Revista Jurídica Consulex, nº 393, 1 jun. 2013

Matérias da capa...

LICITAÇÕES E CONTRATOS • PRECISAMOS DE UMA NOVA LEI?

LEI N° 8.666/93 • ENTRAVE PARA AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS BRASILEIRAS?
Gabriela Verona Pércio

LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS • UMA ESPÉCIE EM EXTINÇÃO?
Egon Bockmann Moreira

AS TENDÊNCIAS DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE RESULTADOS
Rafael Carvalho Rezende Oliveira

INDENIZAÇÃO PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO
Edgar Guimarães

CONSÓRCIOS • RESPONSABILIDADE DOS CONSORCIADOS
Adilson Abreu Dallari

COM A PALAVRA...
José Alberto Couto Maciel

ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI • O QUE PRECISA MUDAR?
Ariel de Castro Alves

HOBBS • PARADOXOS E AMBIGUIDADES
Ronaldo Rebello de Britto Poletti

AÇÕES DE DESPEJO E A TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL
Francisco dos Santos Dias Bloch

ANOREXIA E A FOME DE AMOR
Matheus Henrique Ferreira e Tereza Rodrigues Vieira

BRASIL, UMA ILHA DA FANTASIA
Enio de Biasi

LEI GERAL DAS ANTENAS • TRISTE REALIDADE DA INFRAESTRUTURA DA REDE DE COMUNICAÇÃO
Fabio Martins Di Jorge e Victor Penitente Trevizan

A POLÊMICA SAVIGNY-THIBAUT E O CAMINHO PARA O POSITIVISMO JURÍDICO
Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch e Gustavo Teixeira Gonçalves Branco

ESTUPRO E IMPUNIDADE
Amadeu Roberto Garrido de Paula

PREScrição INTERCORRENTE NO ÂMBITO DA PRETENSÃO PUNITIVA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA
Marcos Felipe Pinheiro Lima

O FIM DA DISPUTA PELO ICMS NO COMÉRCIO ELETRÔNICO PODE ESTAR LONGE
Fernando Vaisman e Andrew Laface Labatut

UMA PEDRA NO CAMINHO DOS DIREITOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO BRASIL
Julio Pinheiro Faro

PEC N° 33/11 E O DIÁLOGO ENTRE JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO
Amandino Teixeira Nunes Junior

'IRREGULARIDADE INSANÁVEL' E A INELEGIBILIDADE À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO TSE
Alessandro Prazeres Macedo

STF E O JULGAMENTO SOBRE LUCROS NO EXTERIOR
Fábio Martins de Andrade

TEORIA DOS PODERES IMPLÍCITOS E SEU DESVIRTUAMENTO EM FAVOR DO PODER INVESTIGATÓRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
Francisco Sannini Neto e Eduardo Luiz Santos Cabette

A ATIVIDADE REFORMADORA DO CONGRESSO NACIONAL E A EXISTÊNCIA DA JUSTIÇA MILITAR
José Mauricio Pinheiro de Oliveira

A AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO IPTU EM ATRASO NO EDITAL E A (IN)EFICÁCIA DA ARREMATAÇÃO
Francisco Ferreira Jorge Neto, Jouberto de Quadros Pessoa Cavalcante e Adriano Fracappani

QUATRO NOVOS TRIBUNAIS FEDERAIS?
Arnaldo Rizzato Filho

Revista Jurídica Consulex, nº 392, 15 maio 2013

Matérias da capa...

INIMPUTABILIDADE E IMPUNIDADE • A QUESTÃO DA MAIORIDADE PENAL

MAIORIDADE PENAL RELATIVA

Roberto de Lucena

JUSTIÇA, REFORMA! CONSIDERAÇÕES SOBRE A MAIORIDADE PENAL E MUDANÇAS NO ECA

Marisa Rita Riello Deppman

UMA RESPOSTA ADEQUADA

Pierpaolo Cruz Bottini

É NECESSÁRIA A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL?

Rogério Greco

CHEGA DE TOLERÂNCIA!

Gustavo Beghelli Fonseca

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE • ESTÍMULO À CRIMINALIDADE JUVENIL

Ivonaldo Porto

COM A PALAVRA...

José de Ribamar Barreiros Soares

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS • NORMAS MULTINACIONAIS E A DIRETIVA EUROPEIA

Demócrita Reinaldo Filho

SANTO TOMÁS DE AQUINO (1226-1274) E O DIREITO NATURAL

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

APELO AO BOM-SENSO NA PROMESSA DE JUSTIÇA FISCAL

Vander Morale

O ESTATUTO DA TERRA E O DIREITO AGRÁRIO

Tadeu Luciano Siqueira Andrade

PATERNIDADE SOCIOAFETIVA X BIOLÓGICA

Eudes Quintino de Oliveira Júnior e Pedro Bellentani Quintino de Oliveira

REDUÇÃO DO IPI PARA PRODUTOS SUSTENTÁVEIS

Milton Fontes, Catarina Fugulin Pérez Alves e Victor Penitente Trevizan

NÓS NÃO INVENTAMOS A RODA...

Maria Balbina Martins de Rizzo

AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS • DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E A PROMOÇÃO DA EFICIÊNCIA

Sandra Barbon Lewis e Adriana Estigara

DA CONSTITUCIONALIDADE DA PROIBIÇÃO LEGAL DO INDULTO

Altecir Junior Bertoli

NAVEGANDO EM ÁGUAS BRASILEIRAS • A TRIBUTAÇÃO DE CRUZEIROS MARÍTIMOS NA COSTA BRASILEIRA

Fernando Vaisman e Andre de Almeida

AS VANTAGENS DA ASSESSORIA JURÍDICA PARA O PEQUENO EMPRESÁRIO

Leonardo Honorato Costa

BARBARIDADE E MODERNIDADE • UM OLHAR SOBRE O HOLOCAUSTO

Joanna Maria de Araújo Sampaio

O REEDUCANDO E SUA FILIAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Bruno Sá Freire Martins

GOVERNANÇA CORPORATIVA • PRÁTICA SOMENTE PARA GRANDES EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO?

Fábio Coimbra

CRÍTICAS AO RELATÓRIO DA ONU E AS CAUSAS DOS PROBLEMAS PRISIONAIS

Andre Luis Alves de Melo

DA NECESSIDADE DE REVISOR NOS JULGAMENTOS DO CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

Larissa Friedrich Reinert

JUSTIÇA COM AS PRÓPRIAS MÃOS E DEMOCRACIA

Fernando Capez

Revista Jurídica Consulex, nº 391, 1 maio 2013

Matérias de capa...

EC Nº 72/13 • SOLUÇÃO OU PROBLEMA?

A NOVA ORDEM JURÍDICA INCIDENTE SOBRE A ESFERA DOMÉSTICA • ASPECTOS INJUSTOS DO CONJUNTO NORMATIVO

ADEUS, COMPANHEIRA!

Fabio Blanco

EC Nº 72/13 • MAIS PROBLEMAS DO QUE SOLUÇÕES

José Eduardo Pastore e José Pastore

OS IMPACTOS DA EC Nº 72/13 PARA TRABALHADORES DOMÉSTICOS E FAMÍLIAS

Eduardo Pragmácio Filho

OS NOVOS EMPREGADOS DOMÉSTICOS • VITÓRIA DA CATEGORIA, INSEGURANÇA JURÍDICA E OMISSÕES NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 72/13

André Marques

LAR, DOCE LAR S/A

Carlos Zangrando

EC Nº 72/13 • MUDANDO PARADIGMAS

Sandra Rodrigues Dresch

SIMPLES DAS DOMÉSTICAS

Sueny Almeida de Medeiros

VIDA DOMÉSTICA

Almir Pazzianotto Pinto

DE “PESSOA DA FAMÍLIA” A “DIARISTA” • DOMÉSTICAS, A LUTA CONTINUA!

Jorge Luiz Souto Maior

COM A PALAVRA...

Cláudio dell'Orto

MÁ PRÁTICA MÉDICA E A MEDIDA DA RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL

José Geraldo de Freitas Drumond

O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

O BRASIL NÃO PODE PARAR! ADUANA 24 HORAS

Silvia Alencar

É VIÁVEL A IMPLANTAÇÃO DO ORÇAMENTO IMPOSITIVO NO BRASIL?

José Matias-Pereira

A FACULTATIVIDADE DO VOTO AOS JOVENS E A REPERCUSSÃO DO TEMA NA CONSTITUINTE DE 87/88

Natália Souza dos Santos

O QUE ESTÁ EM JOGO COM A PEC Nº 37/11?

Matusalém Sotolani

MÍDIA & DIREITO

Tiessa Rocha Ribeiro Guimarães

A ‘CORRIDA’ PARA APROVAR A DESAPROVADA

Ivandick Rodrigues

DESONERAÇÃO DA FOLHA, REFORMA TRIBUTÁRIA E TRIBUTAÇÃO SOBRE O CONSUMO

Ricardo Fernandes

INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA DIRETAMENTE PELAS PARTES E O ART. 212 DO CPP

Renato Marcão

COMO ASSIM, A ÚLTIMA PALAVRA?

Alexandre Douglas Zaidan de Carvalho

JUIZADOS ESPECIAIS • O APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA CIDADÃ DO TERCEIRO MILÊNIO

Oriana Piske, Cláudio Nunes Faria, Cristiano Alves da Silva e Gersonise Bastos Valadão

DA POSSIBILIDADE JURÍDICA DA “RESERVA DO POSSÍVEL” NO DIREITO BRASILEIRO • APONTAMENTOS DOGMÁTICOS

Italo Roberto Fuhrmann

A ILEGALIDADE NA TROCA DE INFORMAÇÕES ENTRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS

Ailton Soares de Oliveira

HIV E O DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA • CONSIDERAÇÕES PENAS E CONSTITUCIONAIS SOBRE O AGENTE QUE PROPAGA O VÍRUS

Anderson Couto do Amaral

CONTRATO DE “VENDOR” • TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL?

Licinio Carpinelli Stefani

DEMOCRACIA ECONÔMICA E SOCIAL

José Carlos Sousa Silva

Revista Jurídica Consulex, nº 390, 15 abr. 2013

Matérias de capa...

RESPONSABILIDADE MÉDICA • LIMITES E CARACTERIZAÇÃO

RESPONSABILIDADE MÉDICA • O “ERRO MÉDICO” E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Marcos Coltri

EXCLIDENTES DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO PROFISSIONAL MÉDICO

João Bosco Araújo Ribeiro

RESPONSABILIDADE MÉDICA • O QUE É EXATO E O QUE É HUMANO

Ognev M. Cosac

A RESPONSABILIDADE MÉDICA NAS CIRURGIAS PLÁSTICAS

Roberta Raphaelli Pioli

CIRURGIA PLÁSTICA E PROCEDIMENTOS COMPLEMENTARES • RISCOS E BENEFÍCIOS

Pedro Alexandre

ATO MÉDICO • REGULAMENTAÇÃO E ÉTICA

Sandra Franco, Caroline Marie da Silveira e Adriana Paula Rosa

COM A PALAVRA...

Kleber Luiz Zanchim

O CONSTRUCTIVISMO LÓGICO-SEMÂNTICO • REVIRAVOLTA NO ESTUDO DO DIREITO

Aurora Tomazini de Carvalho

TEORIA DAS CAUSAS E O DIREITO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

ENCEFALOCELE E ABORTO LEGAL • O NECESSÁRIO CUIDADO PARA EVITAR O VIÉS EUGÊNICO

Eduardo Luiz Santos Cabette

CLÁUSULA DEMOCRÁTICA DO MERCOSUL • DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS?

Daniel Moura Borges

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS NO NOVO CPC • SINÔNIMO DE CELERIDADE PROCESSUAL E ACESSO À JUSTIÇA?

Guilherme Gomes Pimentel

A INDÚSTRIA DA TRANSPARÊNCIA

Gil Castello Branco

O CALVÁRIO DA PRODUÇÃO

Sérgio Approbato Machado Júnior

RETROCESSOS DA CIÊNCIA JURÍDICA

Amadeu Garrido de Paula

USUCAPIÃO ESPECIAL COLETIVO URBANO COMO FORMA DE RACIONALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

Raimundo Martins Neiva Filho

QUEM É MAIS ÉTICO O DELINQUENTE OU O DELATOR?

Eudes Quintino de Oliveira Júnior e Pedro Bellentani Quintino de Oliveira

FUNDOS DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS • NOVAS REGRAS

Byung Soo Hong, Gabriel Figueira e Camilla Paiva

CASAMENTO E UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA • QUESTÕES IMPORTANTES

Leonardo Dias da Cunha

O CRITÉRIO DA PROPORCIONALIDADE E A IMPOSSIBILIDADE DE INVESTIGAÇÃO CRIMINAL ISOLADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO

Antônio Carlos Cunha Sá

A PROPRIEDADE HEREDITÁRIA E A REPRODUÇÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

João Gaspar Rodrigues

A LEI DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS NO JUDICIÁRIO

Wanderlei José dos Reis

TRATADOS INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS • HIERARQUIA NORMATIVA E A POSIÇÃO ADOTADA PELO STF

Andréia Carneiro Pellegrini

BRECHA PARA INOCENTAR CONTRIBUINTES EM LITÍGIOS FISCAIS

Elisabeth Lewandowski Libertuci

O PETRÓLEO É NOSSO, MAS O DINHEIRO É MEU

Julio Pinheiro Faro

Revista Jurídica Consulex, nº 389, 1 abr. 2013

Matérias de capa...

BANCO DE PERFIS GENÉTICOS • A CIÊNCIA EM PROL DA JUSTIÇA

ARQUIVANDO O HOMEM DE CRISTAL

Carlos Henrique Borlido Haddad

O BRASIL E A CRIAÇÃO DO BANCO DE DADOS GENÉTICO

Luiz Flávio Borges D'Urso

COLETA DE PERFIL GENÉTICO COMO FORMA DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL

Rogério Greco

DIREITO À INTIMIDADE GENÉTICA EM FACE DO INTERESSE PÚBLICO

Tereza Rodrigues Vieira

GENÉTICA FORENSE E OS BANCOS DE PERFIS GENÉTICOS

Trícia Kimmers Albuquerque

COM A PALAVRA...

Luiza Nagib Eluf

O GLADIADOR DO SÉCULO XXI E O FENÔMENO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Celso Antonio Pacheco Fiorillo

QUE FAZER? (V) O PROJETO DE GOVERNO

Ronaldo Rebelló de Britto Poletti

PRINCIPAIS ASPECTOS DA REFORMA DO CDC • AS AÇÕES COLETIVAS

Vitor Vilela Guglinski

PLANOS ECONÔMICOS

Jairo Saddi

APRENDENDO COM CINGAPURA

Gláucio Ary Dillon Soares

OGMO E O TRABALHADOR PORTUÁRIO AVULSO • A RESPONSABILIDADE DECORRENTE DA SEGURANÇA DO TRABALHO

Adriana Gomes Carneiro

PROCESSOS DE MUTAÇÃO CONSTITUCIONAL E “FRAMEWORK ORIGINALISM” • CONTRIBUIÇÕES DO PROFESSOR JACK BALKIN AO DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO

Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch e Lucas Faber de Almeida Rosa

A LIBERDADE É DOCE

Luís Roberto Barroso

LEI Nº 12.654/12 • SOLUÇÃO OU PROBLEMA?

Marcelo Feller

TRÁFICO E CONSUMO DE DROGAS NO PROJETO DE REFORMA DO CÓDIGO PENAL

José Theodoro Corrêa de Carvalho

VIOLÊNCIA E MIMETISMO • O DIREITO PENAL DO INIMIGO SOB A ÓTICA GIRARDIANA

Eduardo Luiz Santos Cabette

PL Nº 3.268/12 E A COMPENSAÇÃO DE CRÉDITOS PREVIDENCIÁRIOS COM DÉBITOS TRIBUTÁRIOS ADMINISTRADOS PELA SRFB

Ingrid Caroline Cavalcante de Oliveira Deusdará e José Edmundo Barros de Lacerda

O LIMITE DA INTIMIDADE FAMILIAR ENTRE PAIS E FILHOS

Analdino Rodrigues Paulino Neto

FINANÇAS PÚBLICAS • OS CUSTOS DA NÃO APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA

José Matias-Pereira

LAVAGEM DE DINHEIRO E AS JUNTAS COMERCIAIS

Armando Luiz Rovai

RESOLUÇÃO SF Nº 13/12, ACORDO SINIEF Nº 19/12 E A GUERRA FISCAL • ASPECTOS DE (IN)CONSTITUCIONALIDADE

Áilton Soares de Oliveira

VOLUNTARIEDADE COMO BASE DO CASAMENTO

Flavio Goldber

DA INADMISSIBILIDADE DE TRANSMUTAÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO A TERMO POR MEIO DE ENTENDIMENTO SUMULADO

Leonardo Dias da Cunha

A ÚLTIMA PALAVRA

Antonio Carlos Mendes Thame

Revista Jurídica Consulex, nº 388, 15 mar. 2013

Matérias de capa...

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL • MAIS ABRANGENTE, MAIS TECNOLÓGICO

SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Paulo Rizzo

O NOVO CPC, O DIREITO NOTARIAL E A PRÁTICA ELETRÔNICA DE ATOS PROCESSUAIS

Efraim Morais Filho

CARTÓRIO DE PAI PARA FILHO?

Breno de Andrade Zoehler Santa Helena

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL E A TUTELA DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Marcus Vinicius Kikunaga

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE • COMENTÁRIOS À LEI Nº 8.560/92

Vitor Frederico Kümpel

CONDOMÍNIOS DE LOTES DE TERRENO URBANOS

Melhim Namem Chalhub

COM A PALAVRA...

Egon Bockmann Moreira

NO MUNDO VIRTUAL, OS DIREITOS SÃO REAIS

Márcio Cots

QUE FAZER? (IV) O PROGRAMA DO PARTIDO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

CRIMINALIDADE, O FATOR BIOLÓGICO E A DOPAMINA UMA ANÁLISE BIOLÓGICA DO CRIME

André Luis Alves de Melo

ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO GERAL DO ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

Beatriz Machnick e Lara Selem

INTEGRAÇÃO EFETIVA DA AMÉRICA LATINA • DEMANDA TRIBUNAL PERMANENTE

Doorgal Andrada

PROTEGER O AÇO OU A ECONOMIA BRASILEIRA?

André de Almeida e Murilo Meneghetti Nassif

PL Nº 4.908/12 E A SUCESSÃO DO CÔNJUGE E DO COMPANHEIRO

Inacio de Carvalho Neto

SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Aldo Nunes da Silva Junior

ÁLCOOL E TOLERÂNCIA ZERO • INCONSTITUCIONALIDADE

Ives Gandra da Silva Martins

LIBERDADE DE PENSAMENTO E O CARÁTER AUTORITÁRIO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

João Gaspar Rodrigues

DIRIGIR COM A CAPACIDADE PSICOMOTORA ALTERADA

Damásio Evangelista de Jesus

DIREITO CANÔNICO • A RENÚNCIA DE UM PAPA

Rafael Kassab Coscia

A INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA DE DEPENDENTES QUÍMICOS É EFICAZ?

Sandra Franco

ROYALTIES DA SOJA SEM PATENTE • O CASO DA EMPRESA MONSANTO

Pedro Puttini Mendes

O FATOR PREVIDENCIÁRIO E AS NOVAS REGRAS PARA SE APOSENTAR

Viviane Coelho de Carvalho Viana

FALÊNCIA DE EMPRESAS COLIGADAS

Jorge Lobo

PROTEÇÃO AO PODER JUDICIÁRIO • PRINCIPAIS ASPECTOS DA LEI Nº 12.694/12

Vinicius Cottas Azevedo

OS PRIMÓRDIOS DOS DIREITOS E GARANTIAS

Palhares Moreira Reis

A QUEM INTERESSA UM JUDICIÁRIO FRACO?

Carolina Nabarro Munhoz Rossi

Revista Jurídica Consulex, nº 387, 1 maio 2013

Matérias de capa...

ADVOCACIA PÚBLICA • NOVOS TEMPOS

AGU • NOVOS TEMPOS

José Edmundo Barros de Lacerda, Marcelino Rodrigues, Roberto Mota e Ingrid Caroline Cavalcante de Oliveira Deusdará

DESAFIOS ATUAIS DA ADVOCACIA PÚBLICA

Aldemario Araujo Castro

ADVOCACIA PÚBLICA E DIVERGÊNCIA INTRAGOVERNAMENTAL

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

ADVOCACIA PÚBLICA FEDERAL • MARCHAS E CONTRAMARCHAS

Luciano Marinho Filho

AGU CONSTRUÍDA POR MEMBROS EFETIVOS • A RESISTÊNCIA AO PLP Nº 205/12

Paulo Renato González Nardelli

ADVOCACIA PÚBLICA • A INCONSTITUCIONALIDADE DO PLP Nº 205/12

Allan Titonelli Nunes

PLP Nº 205/12 • TENTATIVA DE ENFRAQUECIMENTO DO ADVOGADO PÚBLICO

Andreia Zito

A QUEM INTERESSA O ENFRAQUECIMENTO DA AGU?

Simone Fagá

ADVOCACIA PÚBLICA • EXTINÇÃO DOS CARGOS EM COMISSÃO E REGULAMENTAÇÃO DO ACESSO ÀS FUNÇÕES ESPECIAIS

COMO PRESSUPOSTOS DA ATUAÇÃO IMPESSOAL E EFICIENTE

João Aurino de Melo Filho

COM A PALAVRA...

Celso Limongi

EDUCAÇÃO PARA A PUBLICIDADE • REALIDADE NECESSÁRIA TAMBÉM NO BRASIL

Ângela Maria Marini Simão Portugal Frota

QUE FAZER? (III) A DOUTRINA PARTIDÁRIA

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

AGÊNCIAS EXECUTIVAS • MODELO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO GERENCIAL

Ricardo Diego Nunes Pereira

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 595/12 E AS PRINCIPAIS INOVAÇÕES NO SETOR PORTUÁRIO

Beatriz Giraldez Esquivel Gallotti Beserra e Fabiana Neves Gonçalves Vieira

PARA UM NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Milton Paulo de Carvalho e Ruy Martins Altenfelder Silva

ACESSO À JUSTIÇA • UM DESAFIO PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA

Gabriel Faria Oliveira

A LEI DE COTAS E AS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

João Ribas

DECISÕES PERIGOSAS

Almir Pazzianotto Pinto

DENUNCISMO E SUA RELAÇÃO CONFLITUOSA COM O ESTADO DE DIREITO

João Gaspar Rodrigues

PAPILOSCOPISTAS (E) PERITOS

João Francisco da Mota Junior

PENHORA DE VALORES A SEREM REPASSADOS POR OPERADORAS DE CARTÃO DE CRÉDITO • AFRONTA AO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DO EXECUTADO

Bruno de Almeida Rocha

LEI Nº 12.736/12 • NOVA OPORTUNIDADE PARA A DETRAÇÃO PENAL OU REGRAS PARA FIXAÇÃO DO REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA?

Rodrigo da Silva Perez Araújo

INOVAÇÕES NA TRIBUTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS OU RESULTADOS

Luiz Fernando Alouche, Fernando Vaisman e Tamira Maira Fioravante

A COISA JULGADA E A QUESTÃO DE SUA RELATIVIZAÇÃO

Guilherme Ornelas Mendes Lobato

OLHAR MULTIDISCIPLINAR SOBRE O USUÁRIO DE CRACK

Lizete Andreis Sebben

Revista Jurídica Consulex, n. 386, 15 fev. 2013

Matéria de Capa •

PSICOFOBIA • SOMOS TODOS IGUAIS?

COIBIR A PSICOFOBIA • MAIS UM PASSO NO DIFÍCIL CAMINHO DA INCLUSÃO

Antonio Rulli Neto

SOMOS TODOS IGUAIS? A PSICOFOBIA MOSTRA QUE NÃO

Antonio Geraldo da Silva

PSICOFOBIA

Geraldo Ballone

A PESSOA COM ESPECTRO AUTISTA E O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA • COMENTÁRIOS SOBRE A LEI Nº 12.764/12

Carolina Valença Ferraz e Glauber Salomão Leite

O PROCESSO DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA COMO DIREITO DE TODOS

COM A PALAVRA...

Carmen Tiburcio

JUSTIÇA FISCAL E O CIDADÃO CONTRIBUINTE

Allan Titonelli Nunes

QUE FAZER? (II) A FILOSOFIA DO PARTIDO

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

O ELO PERDIDO DO DIREITO

Danilo Fernando de Oliveira

LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DO NVOCC SEGUNDO O CÓDIGO MARÍTIMO CHINÊS

Eduardo de Goes

ALÉM DA GRATIDÃO

Luís Eduardo Assis

ABORTO HUMANITÁRIO E AUTORIZAÇÃO JUDICIAL

João Gaspar Rodrigues

PEC Nº 37/11 • UMA REAÇÃO À POLICIALIZAÇÃO DA ACUSAÇÃO NO BRASIL

Marcos Leônicio Sousa Ribeiro

QUALIDADE NA SAÚDE

Flávio Dino

TRAGÉDIA EM SANTA MARIA • DA COMPENSAÇÃO PELO DANO MORAL EM TUTELA ANTECIPADA

Vitor Vilela Guglinski

O QUE DE FATO É FRAUDE NA QUESTÃO DA DÍVIDA PÚBLICA?

Afonso Celso Teixeira Rabelo

ART. 745-A DO CPC • A FARSA LEGISLATIVA E O AÇOITAMENTO DOS HONORÁRIOS DO ADVOGADO

João Paulo de Campos Echeverria e Carlos Magno de Souza

RELEVÂNCIA DA QUESTÃO FEDERAL COMO CONDIÇÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL

Antonio Carlos de Lemos Basto

ANTECIPAÇÃO DA PROVA TESTEMUNHAL

Eduardo Luiz Santos Cabette

A “CONTABILIDADE CRIATIVA” E O CUMPRIMENTO DA META FISCAL

Walter Douglas Stuber

LRF.”

FRAUDES ELETRÔNICAS E ENGENHARIA SOCIAL

Higor Vinicius Nogueira Jorge e Emerson Wendt

CIRURGIAS PLÁSTICAS ESTÉTICAS • A OBRIGAÇÃO DE RESULTADO SOB A PERSPECTIVA DO TERMO DE CONSENTIMENTO

Tiago Vieira Bomtempo

DIREITO DO TRABALHO NA SOCIEDADE ATUAL

Alexandre Maromba

Revista Jurídica Consulex, n. 385, 1 fev. 2013

Matérias de Capa.....

LEI Nº 11.101/05 • RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS EM DEBATE

8 ANOS DE VIGÊNCIA DA NORMA FALITÁRIA • A TÍMIDA E SINGELA CELERIDADE PROCESSUAL DOS PROCEDIMENTOS RECUPERATÓRIOS
Ecio Perin Junior

ADEQUAÇÃO LEGISLATIVA À PRÁTICA DA LEI Nº 11.101/05
André Motoharu Yoshino e Pedro Cordelli Alves

LEI DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
Robson Zanetti

RECUPERAÇÃO JUDICIAL • EXERCÍCIO ABUSIVO DO PODER DE VOTO NAS ASSEMBLEIAS DE CREDORES E A FIGURA DO CRAM DOWN
Assione Santos e Marcus Vinícius Machado

LEI DE RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS OU LEI DE RECUPERAÇÃO DO CRÉDITO BANCÁRIO?
Julio Mandel

LEI DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS • EXTENSÃO SUBJETIVA DA NORMA E LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM
Leonardo Gomes de Aquino

REVISITANDO A RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS • OS 8 ANOS DE VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.101/05
Luís Rodolfo Cruz e Creuz

VENDA JUDICIAL DE ATIVOS NA RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS
Juliana Bumachar

EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E A PARTICIPAÇÃO EM CERTAME LICITATÓRIO1
Guilherme Carvalho e Sousa

LEI DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÃO DE EMPRESAS E O DIREITO DO TRABALHO
Marcelo C. Mascaro Nascimento

COM A PALAVRA...
José Matias-Pereira

TUCANATO E LULISMO • MENOS DESIGUALDADE, MAIS CRIMES
Luiz Flávio Gomes

QUE FAZER? • (I) UM PARTIDO POLÍTICO
Ronaldo Rebello de Britto Poletti

PEC Nº 215/00 • FAZ DE CONTA QUE RESOLVE
Cícero Alves da Costa

INSTABILIDADE, IRREVERSIBILIDADE E INCERTEZA
Paulo Roberto Haddad

CONFERÊNCIA DE DOHA • SEM AMBIENTE PARA AVANÇAR
Eduardo Felipe P. Matias

TRANSNACIONALIDADE DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR • APlicabilidade viável no futuro das relações de consumo
Sérgio Alberto Barreto Filho

AFINAL, POR QUE OS CONSCRITOS NÃO VOTAM?
Natália Souza dos Santos

VARIAÇÕES SOBRE A JUSTIÇA
Celso Lafer

COPPA E A PROTEÇÃO DOS DADOS DE CRIANÇAS NA INTERNET
Demócrito Reinaldo Filho

DEFENSORIA PÚBLICA • ATUAÇÃO NA CARREIRA EXIGE INSCRIÇÃO NA OAB?
André Luis Alves de Melo

AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO E O DIREITO
Adriano Oliveira da Silva

PARA ALÉM DA COR DA PELE • UM OLHAR JURÍDICO SOBRE O PAPEL DO NEGRO NA SOCIEDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA
Marcos Pereira dos Santos

LEI Nº 12.736/12 E A NOVA DETRAÇÃO PENAL
Rejane Jungbluth Teixeira

ADAPTAÇÃO DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS À NOVA CONTABILIDADE • BREVES CONSIDERAÇÕES
Jimir Doniak Jr.

MARCAS, VIRAIS E REDES SOCIAIS
Marianna Furtado de Mendonça

EXECUÇÃO FISCAL • CITAÇÃO POSTAL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ
Carlos Lindenberg Ruiz Lanna

PRISÃO DE PARLAMENTARES • BREVE ANÁLISE CONSTITUCIONAL
Fernando Brandini Barbagalo

Revista Jurídica Consulex, n.384, 15 jan. 2013

Matérias de capa...

NOVA LEI SECA SERÁ EFICAZ?

Luiz Flávio Gomes

A NOVA LEI SECA

André Marques

PROVAS VÁLIDAS NA NOVA LEI SECA

Eudes Quintino de Oliveira Júnior

PRIMEIRAS IMPRESSÕES DA “NOVA LEI SECA”

Azor Lopes da Silva Júnior

NOVA LEI SECA • PERIGO ABSTRATO OU PERIGO CONCRETO?

Eduardo Luiz Santos Cabette

O ART. 306 DO CTB CONFORME A LEI N° 12.760/12

Renato Marcão

COM A PALAVRA...

Isaac Roitman

ENSINO JURÍDICO NO BRASIL • AULA MAGNA

Scilio Faver

DIREITO, FILOSOFIA E UNIVERSIDADE

Ronaldo Rebello de Britto Poletti

UM CENÁRIO ECONÔMICO SOMBRIOS?

José Matias-Pereira

PEC N° 33/12 E A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL • DOIS PESOS, DUAS MEDIDAS

João Francisco da Mota Junior

NVOCC E A INCIDÊNCIA DO CDC NOS CONTRATOS DE TRANSPORTE MARÍTIMO

Rodrigo Vallejo Marsaioli e Marco Antonio Moysés Filho

RE N° 363.889-DF E O DIREITO DE CONHECER A ORIGEM GENÉTICA

Ingrid Caroline Cavalcante de Oliveira Deusdará e Jose Edmundo Barros de Lacerda

A LÓGICA JURÍDICA E O BOM-SENSO

Gustavo Beghelli Fonseca

DEPENDÊNCIA QUÍMICA E O “MUNDO LÍQUIDO”

Claudio Paris

ASSISTÊNCIA SOCIAL • EM BUSCA DE UMA DECISÃO CONSTITUCIONALMENTE RAZOÁVEL

Wechsley dos Santos Pinheiro

A DEMOCRATIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E SOCIAIS NO BRASIL

João Gaspar Rodrigues

UM CRIMINALISTA DE FÉ NA ÍNDIA

Fabiano Pimentel

O ESTADO E A NÃO RESSOCIALIZAÇÃO DE MENTES CRIMINOSAS

Daniela Chammas

A LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO, A AGU E O “FENÔMENO BRASILIS”

Luciano Marinho Filho

DIREITO TRIBUTÁRIO, ATIVISMO JUDICIAL E SEGURANÇA JURÍDICA

Eduardo Maneira

EFICÁCIA E ETICIDADE NO PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO • A ELISÃO FISCAL NOS JULGADOS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES BRASILEIROS

Tátilia Gomes Versiani

O REGRAMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL E O CÓDIGO CIVIL DE 2002

Sabrina Maria Fadel Becue

LIMITE À EXECUÇÃO DE ASTREINTES A EVOLUÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ

Demócrito Reinaldo Filho

JUSTA REMUNERAÇÃO

Cláudio Dell'Orto

Revista Jurídica Consulex, n.383, 1 jan. 2013

Matérias da capa...

AGÊNCIAS REGULADORAS • UM NORTE PARA MUDANÇAS NO INTERESSE PÚBLICO
Celso Bubeneck

REGULAÇÃO DE SETORES ESTRATÉGICOS NO BRASIL • REGRESSÃO INSTITUCIONAL?
Carlos Ari Vieira Sundfeld

AGÊNCIAS REGULADORAS • UM NORTE PARA MUDANÇAS NO INTERESSE PÚBLICO
Celso Bubeneck

REGULAÇÃO NO BRASIL, O PRO-REG E A ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO
Jadir Dias Proença

HAVERÁ PORTO SEGURO PARA AS AGÊNCIAS REGULADORAS?
Josef Barat

A REFORMA DO ESTADO E O TERCEIRO SETOR
Ronaldo Rebello de Britto Poletti

AGÊNCIAS REGULADORAS • ORIGENS, FUNDAMENTOS, DIREITO COMPARADO, PODER DE REGULAÇÃO E FUTURO
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy

AS INDICAÇÕES POLÍTICAS PREJUDICAM O DESEMPENHO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS?
José Matias-Pereira

OS AVANÇOS DA NOVA LEI ANTITRUSTE BRASILEIRA
Vinícius Marques de Carvalho

AGÊNCIAS REGULADORAS E INDEPENDÊNCIA TÉCNICA
Fábio Medina Osório

AGÊNCIAS REGULADORAS EM PERSPECTIVA • NECESSIDADE DE CORREÇÃO DE RUMOS PARA SUPERAÇÃO DE ANOMALIAS
Gustavo Binenbojm

TEORIA DA CAPTURA E AS AGÊNCIAS REGULADORAS
Nelson Eizirik

TRANSPARÊNCIA REGULATÓRIA E CONTROLE SOCIAL
José Luiz Lins dos Santos

AS AGÊNCIAS REGULADORAS E O DIREITO DO CONSUMIDOR
Fulvio Giannella Junior e Carlos Thadeu C. de Oliveira

A IMPORTÂNCIA DA AGENDA REGULATÓRIA PARA A EFICIÊNCIA DA ATUAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS
Ivo Borges de Lima

QUALIFICAÇÃO NA SAÚDE SUPLEMENTAR
Bruno Sobral de Carvalho

FALSIFICAÇÃO NA SAÚDE • RISCOS E PREJUÍZOS
Gil Meizler

A ANEEL E A REGULAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO
Nelson José Hübner Moreira

A IMPORTÂNCIA DA ANATEL PARA O SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES
João Rezende

A CAUSA DOS TRANSTORNOS NOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES
Dane Avanzi

REGULAÇÃO AMBIENTAL BRASILEIRA
Rômulo S. R. Sampaio

DEFERÊNCIA OU DESCONFIANÇA? O ALCANCE DAS REVISÕES JUDICIAIS SOBRE OS ATOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS EM ANÁLISE COMPARADA COM O DIREITO NORTE-AMERICANO
Fernanda Mercier Querido Farina